



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS  
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**BÁRBARA DUWE LIMA**

**O PERFIL IDEOLÓGICO DOS MILITARES DE BOLSONARO  
Uma caracterização dos ministros militares no primeiro semestre de governo**

Florianópolis  
2019

**BÁRBARA DUWE LIMA**

**O PERFIL IDEOLÓGICO DOS MILITARES DE BOLSONARO**  
**Uma caracterização dos ministros militares no primeiro semestre de governo**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado .

**Orientador:** Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan

FLORIANÓPOLIS, 2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS  
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota 10 à acadêmica Bárbara Duwe Lima na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação do trabalho intitulado **O PERFIL IDEOLÓGICO DOS MILITARES DE BOLSONARO: uma caracterização dos ministros militares no primeiro semestre de governo.**

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Graciela Conti Pagliari

---

Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende

## AGRADECIMENTOS

É muito difícil pra mim, neste momento de fechamento de ciclo, sintetizar a gratidão que sinto por todas as pessoas e coisas que me deram o suporte que eu precisava para chegar até aqui. Apesar da dificuldade, começo agradecendo a minha base: mãe, pai, vocês são exemplo de vida e de luta. Obrigada por me ensinarem a caminhar, obrigada por caminharem comigo. Junto com a Clara e o Galeno, vocês são a maior fonte de amor, confiança e força que eu poderia ter na vida. É uma alegria diária fazer parte desta família.

O caminho que percorri, ao longo da graduação, contou com uma infinidade de amizades que dividiram comigo momentos que eu nunca esquecerei. À Lara e Marina, minhas parceiras de festa da UFSC, agradeço pelas histórias que sei que contarei para os meus filhos e os de vocês – caso a gente decida mesmo por ter filhos. À Luara, Luiza, Pedro, João, Knapp e Matthews, agradeço pelas risadas, pelos filmes que assistimos juntos e pelos milhares de filmes que nós ainda temos que assistir. À Laís, Caroline, João Pedro, Helena, Natália, Bruna, Júlia, Luiza, Victor e Garcia, agradeço pelos trabalhos em grupo, pelos encontros de revisão de conteúdo uma hora antes da prova, pelos bares depois da prova e por todos os desabafos que fizeram de vocês os meus confidentes nestes últimos quatro anos. À turma 15.1, agradeço pela leveza, pela *Philia* e pelas alegrias do cotidiano.

Muitas das amigas e amigos que fiz estavam ao meu lado durante as três gestões que participei à frente do Centro Acadêmico de Relações Internacionais. Por isso, agradeço imensamente ao CARI e a todos que dividiram comigo esta vivência política, tão importante para a minha formação. Obrigada pelas assembleias, reuniões, palestras, aulas públicas, notas de posicionamento e cartazes colados nas paredes. Obrigada pelas manifestações no centro de Florianópolis e pelo maravilhoso desgaste que foi a Ocupação do CSE, em 2016. Obrigada pela cumplicidade, pela confiança e pela parceria.

Finalmente, agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina por ser um espaço que respira luta, realiza sonhos e emana diversidade. Agradeço aos trabalhadores terceirizados, aos TAEs e às professoras e professores que constróem esta universidade – em especial, ao meu orientador Daniel Castelan, agradeço pela dedicação, pela leitura atenta e pela constante troca de ideias. Obrigada UFSC, por me desafiar a sair da minha zona de conforto e por me permitir aprender fora da sala de aula. Por ser minha segunda casa e me acolher tão bem. Posso ser uma ex-aluna, mas garanto que seguirei batalhando para que você continue sendo uma universidade democrática, de ensino público, gratuito e de qualidade.

## **RESUMO**

A presente monografia tem como objetivo geral descrever e caracterizar o perfil ideológico dos militares que hoje são ministros do governo Bolsonaro. Para tanto, o trabalho faz um levantamento histórico para identificar as correntes ideológicas presentes na formação política dos militares entre o período pós-Proclamação da República e a década de 1960, para definir categorias que possibilitam verificar se os ideais da época se mantêm na ideologia dos militares atualmente. Além disso, apresenta-se uma reflexão sobre o processo de redemocratização no Brasil, após o fim da ditadura militar em 1985, e os efeitos que este período teve na relação civil-militar e na construção de um novo papel político para as Forças Armadas. A caracterização do perfil ideológico dos ministros militares é feita a partir de um estudo acerca da composição do quadro ministerial do governo Bolsonaro, juntamente com a análise de entrevistas, discursos e pronunciamentos oficiais.

Palavras-chave: Brasil. Política. Bolsonaro. Militar. Forças Armadas.

## **ABSTRACT**

This study aims to describe and characterize the ideological profile of the military who are now ministers of the Bolsonaro government. In order to do so, the work makes a historical review to identify the ideological currents present in the political formation of the military between the post-Proclamation of the Republic and the 1960s, to define categories that make it possible to verify if the ideals of the time remain in the ideology of the military today. In addition, there is a reflection on the process of redemocratization in Brazil, after the end of the military dictatorship in 1985, and the effects that this period had on the civil-military relationship and the construction of a new political role for the Armed Forces. The characterization of the ideological profile of the military ministers is based on a study about the composition of the ministerial framework of the Bolsonaro government, along with the analysis of interviews, speeches and official pronouncements.

Keywords: Brazil. Politics. Bolsonaro. Military. Armed Forces.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. O PAPEL POLÍTICO DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL .....</b>	<b>10</b>
2.1. Os militares no Brasil República (1889-1964) .....	10
2.1.1. Recrutamento.....	11
2.1.2. Correntes político-ideológicas.....	13
2.2. Os militares na nova democracia brasileira (1985-2019).....	18
2.2.1. O processo de redemocratização .....	19
2.2.2. O novo papel político das Forças Armadas pós-redemocratização .....	23
<b>3. OS MILITARES DE BOLSONARO .....</b>	<b>35</b>
3.1. Categorias de análise .....	35
3.2. Composição do governo .....	38
3.3. Perfil ideológico dos ministros .....	48
3.3.1. Intervencionismo .....	49
3.3.2. Antiliberalismo .....	55
3.3.3. Nacionalização da política .....	60
3.3.4. Anti-representativismo.....	63
3.3.5. Reformismo .....	67
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>81</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O jogo democrático engloba uma infinidade de atores cujos interesses influenciam e moldam o cenário político nacional, com as inevitáveis repercussões na cena mundial – do meio ambiente, passando pela economia, relações exteriores, direitos humanos, educação, saúde entre outros aspectos centrais da sociedade democrática contemporânea. Ao longo de seus pouco mais de 500 anos, em diversos períodos históricos, o Brasil viu surgir novas instituições, novos grupos sociais dispostos a engajar-se na construção do país - em especial no período referente à proclamação e consolidação da República. Dentre tantos, a presente monografia buscará trabalhar com uma das mais antigas e bem consolidadas instituições brasileiras, cujas atividades foram e são de extrema importância para compreender o contexto histórico no qual o país se encontra hoje. Trata-se das Forças Armadas, institucionalmente criadas em 1824 e constituídas pelo Exército, Marinha e Força Aérea (esta última excepcionalmente fundada em 1941).

Mais especificamente, o objeto de estudo da pesquisa é a caracterização do perfil ideológico dos ministros militares que compõem mais de 1/3 do quadro ministerial de Bolsonaro em seu primeiro semestre de governo. A escolha pelo tema se justifica no entendimento de que este é um assunto relevante para compreender o momento político que o Brasil vive hoje, com novos direcionamentos ideológicos e a volta dos militares ao Poder Executivo – ainda que pela via democrática, através do voto popular. É importante ressaltar, contudo, que o trabalho não objetiva justificar, tampouco explicar as mudanças no cenário político nacional, e muito menos pretende conjecturar quais serão as consequências de tais mudanças. A intenção aqui, ao analisar o quadro ministerial do primeiro semestre de governo Bolsonaro, é identificar alguns dos princípios ideológicos que regem a participação política de militares na jovem democracia brasileira – apresentando, assim, uma reflexão inicial que pretende contribuir para futuros estudos sobre o governo Bolsonaro e a política brasileira. O estudo, iniciado em janeiro de 2019, foi concluído em junho do mesmo ano e propõe tal reflexão a partir de acontecimentos e informações disponíveis até aquele momento.

A partir das eleições presidenciais de 2018, que levaram o então deputado Jair Messias Bolsonaro ao cargo de Presidente da República, é possível perceber que houve um rompimento com a tradição instalada nos governos do período da “redemocratização” do país (pós-1985), no que compete à presença de militares em cargos de primeiro e segundo escalões do governo federal. Tal mudança não vem como uma surpresa completa, uma vez que, ao longo de sua

carreira, Bolsonaro sempre deixou muito clara a importância que o Exército tem em sua concepção de política, não obstante sua trajetória naquela instituição tenha sido controversa – incluindo um processo disciplinar<sup>1</sup>, do qual ele foi absolvido, e sua ida precoce para a reserva, em dezembro de 1988 (apenas 11 anos após sua formação na Academia Militar das Agulhas Negras). Nos últimos anos, observou-se no Brasil um aumento do apoio da população às Forças Armadas. Houve grande adesão à retórica do militarismo enquanto única solução para a manutenção da ordem e do suposto combate à corrupção, bem como para o resgate da “moral”, dos “bons costumes” e do patriotismo.

Muitas são as teorias e as variáveis capazes de explicar, ou tentar pelo menos, os fenômenos que o Brasil tem vivido nos últimos anos. No entanto, é importante ressaltar que não se pretende, neste estudo, buscar motivos e explicações. Partindo da questão-problema “Como é possível caracterizar o Governo Bolsonaro a partir da dinâmica estabelecida pela presença das Forças Armadas no comando de pastas ministeriais?”, o objetivo geral desta monografia é descrever, caracterizar e refletir sobre o perfil ideológico dos militares que hoje são ministros do governo.

Para tanto, fez-se uma revisão histórica do período de formação pelo qual os militares passaram após a Proclamação da República, de modo a identificar as correntes políticas mais fortes entre o início do século XX e a década de 1960, que acabaram por justificar a intervenção militar de 1964. A intenção, com esse levantamento histórico, é estabelecer categorias que permitam verificar em que medida tais ideologias encontram-se presentes ainda hoje nos militares do governo, a partir da leitura de discursos, pronunciamentos e textos dos ministros militares. De maneira complementar, o trabalho discorre sobre o momento posterior ao fim da ditadura militar de 1964, para entender os efeitos do processo de afastamento da política que ditou a participação dos militares na redemocratização. Para entender o quadro atual da relação civil-militar, buscou-se mapear a composição ministerial do governo Bolsonaro, a fim de avaliar a força política dos militares hoje em comparação com governos anteriores. Finalmente,

---

<sup>1</sup> Em 1987, Bolsonaro foi acusado de cometer irregularidades e teve de responder a um Conselho de Justificação, composto por 3 coronéis. O processo incluía dois itens: a publicação de um artigo na revista *Veja*, no qual Bolsonaro pedia por aumento salarial à classe sem consulta prévia aos seus superiores, e o suposto envolvimento com a elaboração de um plano para explodir bombas em unidades militares do Rio. Pela publicação do artigo, Bolsonaro ficou preso por 15 dias e, após julgamento do Conselho, foi considerado culpado por unanimidade. Entretanto, após entrar com recurso perante o Supremo Tribunal Militar, em 1988, Bolsonaro foi absolvido por 9 votos a 4. Fonte: O julgamento que tirou Bolsonaro do anonimato. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01 de abr. de 2018. Disponível em <<https://archive.is/c1DJr>>. Acesso em 11 de jul. de 2019.



a caracterização do perfil ideológico é composta pela análise de entrevistas, discursos e pronunciamentos públicos dos ministros, pautada nas categorias estabelecidas previamente.

É importante pontuar que a composição ideológica do governo vigente pode ser determinante para compreender futuros direcionamentos e atividades do país no sistema internacional. Finalmente, a pesquisa pretende contemplar a área de estudos militares no campo das Relações Internacionais, em especial no tocante ao estudo das Forças Armadas enquanto um dos mais antigos e bem consolidados atores da política brasileira – cujo envolvimento, tradicionalmente, ultrapassa as questões de segurança e defesa.

O principal procedimento de pesquisa da monografia será a revisão bibliográfica de obras cujos conceitos e teorias históricas sirvam como base de sustentação para o objetivo geral. Como fontes secundárias, foram utilizados editais, notícias e artigos de opinião veiculados em jornais e revistas; artigos de caráter científico; entrevistas concedidas pelos ministros a programas de televisão e rádio; discursos e pronunciamentos publicados por canais oficiais do governo; além de bibliografia sugerida pelo orientador ao longo da construção da pesquisa. As fontes, em sua maioria, são nacionais e eventuais traduções foram realizadas pela autora da monografia, não-oficialmente.

De forma a alcançar seu objetivo principal, a pesquisa está estruturada em dois capítulos. O primeiro capítulo é dividido em duas seções. A primeira seção introduz a formação dos militares enquanto força política no período pós-Proclamação da República, identificando as correntes ideológicas presentes na época. A segunda seção disserta sobre o papel delegado às Forças Armadas na redemocratização, após o fim do regime militar de 1964, com enfoque nos efeitos que o processo de afastamento entre as Forças Armadas e a política teve para a relação civil-militar no país, desde então.

O segundo capítulo, também dividido em duas seções, apresenta a caracterização do quadro ministerial do governo, de acordo com o objetivo geral da pesquisa. Inicialmente, é feita uma apresentação das categorias, para então introduzir os resultados da análise. A primeira seção busca avaliar a extensão da influência política dos militares diante da Presidência da República, comparando a composição ministerial de Bolsonaro à de outros governos, de modo a entender o lugar que os militares ocuparam no Poder Executivo ao longo dos anos. Já a segunda seção estabelece reflexões acerca do perfil ideológico dos ministros, a partir das categorias previamente apresentadas, de modo a avaliar as continuidades e discontinuidades

ideológicas entre os militares do início do século XX e os representantes das Forças Armadas no governo Bolsonaro.

## **2. O PAPEL POLÍTICO DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL**

Considerando a relevância histórica dos militares brasileiros, enquanto grupo político diretamente envolvido no golpe que possibilitou a Proclamação da República do Brasil, em 15 de novembro de 1889, e tendo em vista que o Exército foi uma das primeiras organizações sociais brasileiras a se consolidarem enquanto instituição nacional, é de extrema importância e atualidade pesquisar e refletir sobre as complexidades da relação entre as Forças Armadas e o Estado brasileiro. Neste sentido, este capítulo traçará um breve histórico que ajude o leitor a compreender os termos nos quais se delinearam a interação entre militares, sociedade civil e poder político. O objetivo principal, aqui, é recorrer à literatura para analisar o momento em que os militares emergiram como força política, ainda na Primeira República, para nos capítulos seguintes comparar as correntes políticas desse momento inicial com as vigentes no atual governo de Bolsonaro. Secundariamente, o capítulo irá discorrer sobre o papel das Forças Armadas após o período de redemocratização, tendo em vista o distanciamento relativo dos militares em relação à política – fenômeno que foi gradualmente revertido, com o advento do século XXI.

O primeiro subcapítulo abordará a trajetória dos militares ao longo da Primeira República e Segunda República, de modo a explicar a dinâmica de participação política e as ideologias intervencionistas que a sustentavam, e que culminaram no golpe de 1964. A partir da obra de José Murilo de Carvalho, a seção pretende interpretar tal período histórico de modo a entender o processo de formação política das Forças Armadas diante da nova dinâmica do Estado brasileiro. Já o segundo subcapítulo tratará da redemocratização, pós- Ditadura Civil-Militar de 1964 – outro momento histórico que exigiu adaptação da instituição militar enquanto grupo político. O trabalho da cientista política Maria Celina D’Araújo servirá como base para analisar os efeitos da redemocratização na relação entre os militares e a sociedade civil, dentro das esferas da política nacional e regional latino-americana.

### **2.1. Os militares no Brasil República (1889-1964)**

O intenso e conturbado envolvimento dos militares com a atividade política é um dos elementos que melhor caracterizam as primeiras décadas da República Brasileira. Carvalho (2005) situa o papel das Forças Armadas na Primeira República como “o poder desestabilizador”. Para entender melhor o papel dos militares brasileiros na política, o autor propõe uma reflexão sobre as mudanças sociais do período e os reflexos desta mudança na

organização interna das Forças, sobretudo do Exército - o qual ele considera ter mais importância política. Neste sentido, este subcapítulo será dividido em duas seções, de forma a destacar os elementos principais da formação política militar: recrutamento e correntes político-ideológicas.

### **2.1.1. Recrutamento**

A análise de Carvalho parte da compreensão de que o recrutamento era um dos principais definidores da relação entre Exército e as diversas classes que compunham a sociedade civil. No modelo brasileiro, integralmente copiado das instituições militares portuguesas, as práticas de recrutamento de oficiais ofereciam privilégios que garantiam a presença de grupos sociais dominantes em cargos de poder. Por outro lado, o recrutamento de praças<sup>2</sup> tinha como fonte principal as classes mais pobres. Uma vez que a independência do Brasil ocorreu sem consideráveis mobilizações populares, foi possível às Forças Armadas preservar sua estrutura elitizada, advinda do modelo português (CARVALHO, 2005).

Segundo números colhidos pelo autor, até o final do Império mais da metade dos generais do Exército possuíam títulos de nobreza. Entretanto, o perfil dos recrutados foi sofrendo alterações à medida que o Brasil deu seus primeiros passos de República. Apesar da escassez de dados sobre o período, Carvalho observa que a elite civil do país não mais aspirava por uma carreira nas Forças Armadas, fazendo com que cargos oficiais passassem a ser ocupados majoritariamente por filhos de militares – fenômeno que ele chamou de “recrutamento endógeno”. A estrutura social dos oficiais passou a ser um pouco mais diversificada, dado que não contava só com a elite civil, mas ainda assim permanecia voltada a um grupo seleto.

A mudança mais significativa, no entanto, estava no recrutamento de praças. Em 1835, a lei determinava que a seleção de soldados era voluntária ou, dependendo das circunstâncias, forçada. Assim, voluntários serviam por seis anos e os recrutados, por nove. Devido às constantes deserções, doenças e mortes, o contingente vivia desfalcado, o que levou a uma mudança de lei em 1874. O novo decreto instaurava o alistamento universal e, para vagas remanescentes, o recrutamento por sorteio – porém apresentava, aos que não queriam servir, a possibilidade de pagar uma quantia ou apresentar um substituto. Além disso, isentava bacharéis,

---

<sup>2</sup> Militares com a graduação de soldado e cabo, pertencentes às classes inferiores da hierarquia do Exército.

comerciantes, empresários e padres. Assim, as vagas eram preenchidas por pessoas sem recursos financeiros ou influência política.

Segundo Carvalho (2005), o recrutamento em massa da população pobre mudou a relação entre os militares e a sociedade civil – causando um alto nível de agressividade, sobretudo entre a elite política e o Exército, muito menos elitizado. O fato de que a Guarda Nacional<sup>3</sup>, na mesma época, era composta pela elite de renda anual superior a 100\$000 (cem mil réis) aprofundou a marginalização das Forças Armadas e, conseqüentemente, criou obstáculos para sua modernização. Teve início, então, um esforço geral de reaproximação do Exército às classes média e alta da sociedade. Entre as medidas desenvolvidas, Carvalho destaca a Confederação Brasileira do Tiro, criada em 1896 com o intuito de aproximar jovens ao serviço militar. A ideia não obteve muito sucesso até que, em 1908, Hermes da Fonseca, ministro da Guerra<sup>4</sup>, aprovou uma nova lei do sorteio e tornou obrigatória a instrução militar em colégios secundários.

Os esforços do ministro foram impulsionados pelo advento da Primeira Guerra Mundial. Um grupo de soldados que havia estagiado com o Exército alemão entre os anos de 1906 e 1912 criou em 1913 a revista *A Defesa Nacional*, fazendo com que os militares tivessem um meio de comunicação que divulgasse suas ideias e princípios à população. O recrutamento era um dos pontos de maior crítica da publicação, que argumentava em favor do sorteio universal e, rapidamente, conquistou o apoio de militares e civis – dentre eles, o poeta Olavo Bilac. Filho de militares, ele escreveu em edição da revista: “teremos o Exército que devemos possuir: [...] um Exército nacional, democrático, livre, civil, de defesa e coesão, que seja o próprio povo e a própria essência da nacionalidade”<sup>5</sup>.

A ideia de recrutamento através de sorteio universal passou a ser contemplada com maior vigor pela corporação e pela sociedade como um todo. Em 1916, com apoio de parte da elite civil, aconteceu o primeiro sorteio, nos moldes estabelecidos pela lei de 1908. O aprofundamento das políticas de Hermes da Fonseca (1910-1914) levaram a um cenário no qual

---

<sup>3</sup> Criada por D. Pedro II em 18 de agosto de 1831 (durante o período regencial), a Guarda Nacional tinha como objetivo defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império. De modo geral, foi um mecanismo utilizado para garantir a estabilidade do país. Foi extinta em 1918. A lei que criou a Guarda Nacional está disponível no site oficial da Câmara dos Deputados, em <<https://archive.is/O6CNo>>. Acesso em 06 de jun. de 2019.

<sup>4</sup> Hermes da Fonseca foi ministro da Guerra na administração de Afonso Pena.

<sup>5</sup> Citado por Carvalho (2005, p. 23).

as sociedades de tiro e a instrução militar em escolas conseguiram, efetivamente, aproximar a população das atividades das Forças Armadas.

Para além do recrutamento, Carvalho aponta a importância do processo interno de socialização, presente na formação dos oficiais mediante treinamento. A presença militar na área da educação foi essencial, por exemplo, para criar a concepção de soldado-cidadão - termo muito presente nas ideologias militares intervencionistas, que se refere à ideia de que Exército e povo são uma só unidade e incorporam a essência da nacionalidade (CARVALHO, 2005).

Segundo o autor, o mecanismo de maior influência no treinamento de oficiais foi a sugestão do ministro Rio Branco, no contexto da Primeira Guerra Mundial, de enviar os *Jovens Turcos* para treinar junto do Exército alemão. Por volta de 1920, entretanto, a grande quantidade de tenentes vindos das classes mais pobres da sociedade provocou uma falta de capacidade de controle hierárquico sobre eles, o que lhes concedeu condições favoráveis ao envolvimento em mobilizações políticas e rebeliões. Foi neste contexto de maior liberdade de ação e posicionamento crítico que surgiram alguns dos mais importantes traços ideológicos dos militares.

### **2.1.2. Correntes político-ideológicas**

A seguinte seção tem como finalidade destacar as três classificações feitas por Carvalho (2005) a respeito das correntes ideológicas que guiaram o corpo de oficiais militares ao longo da Primeira República.

A primeira refere-se à intervenção reformista, sustentada pela ideia do soldado-cidadão. Originada no Império por jornalistas republicanos, tinha como objetivo explícito incitar a classe militar a praticar intervenções na política do governo (CARVALHO, 2005). Para alguns oficiais, a intervenção era motivada exclusivamente pela busca de prestígio e poder, enquanto outros desejavam reformar o sistema político – regidos por princípios positivistas como a garantia das liberdades individuais, a responsabilidade moral e a busca do progresso científico e industrial. De modo geral, o movimento pretendia ser um instrumento de afirmação do Exército, como resposta ao sentimento de marginalidade dos oficiais em relação à sociedade, em especial à elite política. Os anseios reformistas, contudo, vinham de escalões inferiores do Exército, o que representou um risco de enfraquecimento para a hierarquia da instituição nos

dois momentos históricos em que eles foram predominantes: a Proclamação da República, em 1889, e o tenentismo, nos anos 1920.

O movimento tenentista, muito forte no início da década de 1920, tinha por objetivo fortalecer a posição militar dentro da máquina do Estado, bem como na sociedade (CARVALHO, 2005). Em 1922, Juarez Távora, um dos porta-vozes dos tenentes, reafirmava a concepção positivista de soldado-cidadão ao proferir: “A força armada é hoje parte integrante do povo, de cujo seio saem soldados e oficiais e para onde voltam aqueles depois de um curto tempo de estágio na caserna”<sup>6</sup>. O conflito entre tenentes e oficiais superiores, intensificado pela revolução de 1930, evidenciou que a ideologia do soldado-cidadão, apesar de introduzir tendências sociais inovadoras, representava uma ameaça de enfraquecimento das Forças Armadas (CARVALHO, 2005).

Concomitantemente à ascensão do tenentismo, entretanto, uma missão contratada pelo ministro João Pandiá Calógeras<sup>7</sup> promoveu a reformulação do Estado-Maior e trouxe uma nova doutrina de defesa nacional, o que conferiu às Forças Armadas maior coesão e centralização. Isto possibilitou a expansão do papel do Exército para todas as dimensões da vida nacional, além do fortalecimento do controle interno das hierarquias – fator essencial para frear as propostas de intervenção reformista dos tenentistas (CARVALHO, 2005).

José Murilo de Carvalho destaca um segundo aspecto da ideologia política do Exército nesse momento, referente ao princípio de não-intervenção, associado à concepção de soldado profissional. A preocupação com a profissionalização militar clamava por neutralidade política, implicando em seu afastamento de cargos públicos e do jogo político nacional. Sugeria-se, portanto, uma relação de submissão pautada na noção de que o Exército deveria ser uma instituição de defesa nacional que respondesse, em última instância, ao presidente da República (CARVALHO, 2005). Na percepção do autor, o momento histórico e a conjuntura pós-guerra mundial favoreceram as iniciativas de fortalecimento das Forças Armadas - que, então, voltaram suas prioridades para a defesa nacional.

---

<sup>6</sup> Citado por Carvalho (2005, p. 39).

<sup>7</sup> Primeiro e único civil a ocupar o cargo de ministro da Guerra, Calógeras fez parte da administração de Epitácio Pessoa.

Para Carvalho, este período de fortalecimento do exército e de combate ao comunismo em plano internacional preparou terreno para que ganhasse espaço, no Exército, a ideia de ‘intervenção moderadora’, até então não muito difundida na corporação. As teses foram discutidas pelo general Bertholdo Klinger, na revista *A Defesa Nacional*. Dizia ele, em editorial do primeiro número da revista: “O Exército precisa estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam”<sup>8</sup>. Em outras palavras, propõe-se uma preparação interna das Forças Armadas para realizar uma intervenção, quando esta se fizer necessária. O sentido de intervir, aqui, não é propor uma reforma à revelia do governo ou mesmo da própria organização militar - é estabelecer uma relação de controle ou moderação, orientada pelo Estado-Maior.

A distinção entre a proposta de intervenção reformista e a intervenção moderadora está no fato de que a segunda propõe a criação de uma política própria do Exército, cuja ideologia de poder reside na combinação do intervencionismo tenentista com as transformações estruturais das Forças Armadas. O interventor, portanto, não seria um grupo ou sujeito específico dentro do escopo militar, mas sim a organização militar enquanto instituição.

Conforme Carvalho (2005), a primeira tentativa de intervenção desta natureza foi liderada pelo próprio Klinger, ao fim da Primeira República, no contexto da derrubada de Washington Luís (1926-1930). A segunda tentativa, encabeçada pelo general Góes Monteiro, promoveu o golpe de 1937 - responsável por estabelecer o Estado Novo. Ambas as tentativas obtiveram uma resposta enfática com a Constituição de 1937, que proibia a participação de militares na política e determinava que estes deveriam obedecer fielmente a Presidência da República.

De maneira geral, a Primeira República representou o momento no qual as Forças Armadas, em especial o Exército, engajaram-se na luta para tornarem-se uma organização nacional apta a, de fato, planejar e executar uma política de defesa. O período foi marcado por melhorias na estrutura organizacional interna do Exército, que obteve significativo crescimento de seus efetivos, passou a adotar uma distribuição geográfica mais estratégica e aprimorou suas técnicas de treinamento profissional. Como um todo, a organização militar chegou ao fim da

---

8 Citado por Carvalho (2005, p. 41).



Primeira República como uma instituição centralizada, relativamente coesa e capaz de envolver-se na política a partir de objetivos específicos.

A Segunda República começou para as Forças Armadas como uma promessa de conquista do poder nacional que, por tantos anos, o setor militar almejou. Apesar de percalços em sua organização e coesão interna, durante os primeiros anos da Segunda República, o Exército conseguiu consolidar seu poder. Para José Murilo de Carvalho,

o Estado Novo foi a materialização da política do Exército, como concebida por Góes Monteiro e pelo grupo de generais a seu redor. Na parte referente à organização especificamente, a política se traduziu num grande esforço de renovação e aperfeiçoamento profissional. [...] A intensa dedicação às tarefas profissionais consolidou a capacidade de controle da organização, inclusive sobre a sociedade, o que era, aliás, parte da política do Exército como concebida por Góes Monteiro (CARVALHO, 2005, pg. 92).

D'Araujo (2010) observa que a Primeira República se caracterizou pela divisão do Exército em facções regionais que disputavam poder entre si. A partir dos anos 1930, a autora identifica um processo de nacionalização e modernização das Forças Armadas, cuja base se fundamentava em acabar com “a absorção da política que vinha da sociedade para dentro do Exército e impor a política do Exército à sociedade” (D'ARAÚJO, 2010, p. 130).

No contexto pós-Revolução de 1930, a relação do governo brasileiro com suas bases civis e militares de sustentação estavam estremecidos. Neste momento, militares aumentaram a pressão por maiores investimentos e maior emancipação do Exército. O general Góes Monteiro, na época cotado para ser ministro da Guerra do Governo Vargas em 1930, tratou de formular objetivos formais que incorporavam a criação de uma política de guerra, junto a outras medidas militares que resolveriam problemas de defesa nacional. O documento, entregue ao Presidente Vargas em 1934, continha uma série de propostas de reforma nos setores econômico, político e social. Monteiro atacava a Constituição de 1934 e alegava ser essencial ao Brasil ter um Exército bem organizado e capaz de educar a população, consolidar o nacionalismo e neutralizar ameaças externas.

Sobre as propostas de Góes Monteiro, Carvalho pontua:

Estava aí anunciado todo o projeto do intervencionismo controlador: ampla interferência estatal em todos os setores; ênfase na defesa externa e na segurança interna; preocupação com a eliminação do conflito social e político em torno da ideia

nacional; industrialismo nacionalista; e a liderança das Forças Armadas, sobretudo do Exército, na condução das mudanças, a partir de uma posição hegemônica dentro do Estado (CARVALHO, 2005, p. 96).

Os anos que se seguiram ao golpe de 1937 foram de profunda desorganização dos setores que compunham o poder civil, e profunda divisão interna do Exército. O momento histórico, entretanto, significava aos militares a consolidação do controle sobre as polícias estaduais - o que garantia a responsabilidade constitucional do Exército pela defesa nacional das instituições<sup>9</sup>. Este era um ponto de concordância para todos os militares (CARVALHO, 2005). Além disso, percebia-se na população uma maior aceitação para com a intervenção militar, pois cada vez mais o Exército era visto como um garantidor da ordem. O golpe simbolizava não só a queda de um regime antigo, mas também o fim do papel secundário e submisso que o Exército representava. Mais do que isso, eram os próprios militares que se apresentavam como construtores da nova ordem. Sobre esta nova noção que cercava os militares, Azevedo Amaral proclamava:

Estado e Nação formam uma unidade, que se completa pela integração perfeita das classes armadas na organização política, como força executiva da vontade estatal. Estabelece-se assim uma colaboração harmoniosa entre o Exército e o Estado, que é a expressão orgânica da própria Nação. (AMARAL, 1940 apud CARVALHO, 2005, p. 99).

José Murilo de Carvalho sinaliza que, por trás da visão da união entre Exército e Estado como expressão orgânica da Nação, estava um projeto marcado pela nacionalização da política, pelo industrialismo e por uma ideologia de nova ordem mundial, essencialmente burguesa.

O projeto de intervenção controladora dos militares sem dúvida fugia do modelo de exército burguês clássico. Mas o conteúdo concreto da intervenção, sobretudo em seus aspectos nacionalizantes, industrializantes e de contenção política, revelava-se compatível com a ordem burguesa industrial que se gestava no país, embora fosse a antítese do liberalismo político (CARVALHO, 2005, p. 100)

Octavio Amorim Neto (2011) avalia que foram necessárias várias tentativas falhas para que o projeto militar intervencionista conseguisse se concretizar. As décadas que antecederam o golpe de 1964 contaram com uma participação bastante expressiva dos militares, o que se

---

<sup>9</sup> Uma das maiores concordâncias entre os militares do Exército, na época, era a noção de que, sem o controle das políticas estaduais, suas responsabilidades constitucionais (defesa nacional e proteção das instituições) eram uma mera formalidade. Devido à amplitude dos efetivos e armamentos da polícia, os militares clamavam ao governo para que ela deixasse de responder ao Estado e se tornasse subordinada ao Exército. O pedido foi atendido pela Constituição de 1937, durante a Era Vargas.

ilustra nas quatro intervenções feitas na política doméstica - em 1954, 1955, 1961 e 1964. A complexidade do período, portanto, se explica não só pela atividade política intensa, mas também pelas divisões internas das Forças Armadas (AMORIM NETO, 2011).

Para Carvalho (2005), foi a aliança entre Vargas e os militares que permitiu que as Forças Armadas se tornassem um ator político consistente e unificado o suficiente para influenciar os rumos do país, a partir de uma ideologia explicitamente intervencionista. A aliança durou na medida em que serviu os propósitos de ambos, no sentido da reconstituição do poder de grupos dominantes, em especial a burguesia industrial. Foi o “populismo” de Vargas, no entanto, que causou o divórcio - neste aspecto, militares se alinhavam com classes sociais poderosas contrárias à inclusão do povo no processo político. Desta forma, não agradava ao Exército o nacionalismo de esquerda e o protecionismo econômico varguista. A aliança com a burguesia ficou marcada pela incorporação da modernização conservadora na organização militar - característica que se destacou ao longo do golpe de 1964.

Em consonância com Carvalho, a cientista política Maria Celina D’Araujo (2010) considera que a Era Vargas significou um período de consolidação para o Exército, que se firmou como instituição nacional, devidamente disciplinada e hierarquizada. Com a consolidação, veio maior capacidade de comando nacional e de interferência política - interferência que nem o próprio Vargas conseguiu frear. Foi a aliança com Getúlio que assegurou a constante presença dos militares nas grandes questões políticas do cenário nacional, e foi o amadurecimento da presença militar na política que abriu as portas para que, em 1964, o Exército pudesse se transformar em um governo propriamente dito.

## **2.2. Os militares na nova democracia brasileira (1985-2019)**

É de extrema importância, para a caracterização da presença militar no governo Bolsonaro, entender o processo de afastamento da política que guiou os militares no período subsequente ao regime de 1964. A necessidade de adaptação se apresentou às Forças Armadas não só em função do contínuo enfrentamento que delineou a relação civil-militar da época, mas também porque contemplava o projeto da própria instituição, que visava se recolher para acertar desavenças internas e garantir sua unidade enquanto corporação (D'ARAÚJO, 2010).

Em decorrência do distanciamento político, coube às Forças Armadas buscar um novo papel dentro da democracia brasileira, com funções que as mantiveram constantes no cotidiano

popular sem necessariamente as inserirem no contexto político-partidário. O tensionamento entre a sociedade civil e a classe militar ganhou novas dinâmicas, principalmente por causa da ausência de políticas de memória que pudessem efetivamente resgatar os 20 anos de história nos quais o país viveu sob regime ditatorial (D'ARAUJO, 2010).

Este subcapítulo abordará todo o período descrito acima, dividindo-o em duas seções. A primeira tratará do término do regime militar e das discussões acerca da função das Forças Armadas na sociedade brasileira – cuja expressão maior foi a criação da Constituição de 1988. Já a segunda seção apresentará uma revisão do gradual envolvimento político presente na atividade militar nos governos do século XXI, em especial os de Lula e Dilma.

### **2.2.1. O processo de redemocratização**

O fim da ditadura militar no Brasil, em 1985, é um momento histórico importante para compreender as Forças Armadas hoje no país. O período era marcado não só por mudanças internas, mas também por profundas transformações no plano internacional – transformações que fomentariam ainda mais a discussão acerca do novo papel dos militares na sociedade. Neste sentido, é importante ressaltar que a derrocada do regime foi muito influenciada pela crise econômica dos anos 70, que abalou a base econômica necessária para que o governo conseguisse manter a população sob controle. Sob o ponto de vista de D'Araujo (2010),

a crise econômica dos anos 1970-80 e a falta de legitimidade política levaram ao fim de uma das mais longas ditaduras militares da América Latina, mas isso implicou um longo processo. Pelo menos os 10 últimos anos do governo militar foram dedicados ao tema da 'redemocratização'. Ao fim, os militares e a elite política pactuaram um modo de transição que 'esquecia o passado' através de uma anistia que abrangia tanto os agentes da repressão quanto os opositores (D'ARAUJO, 2010, p. 132).

Amorim Neto (2011) constata que as Forças Armadas lentamente começaram, a partir de 1974, a vislumbrar os termos sob os quais aceitariam se afastar da política. D'Araujo também considera que as primeiras discussões sobre o processo de redemocratização começaram no início da segunda metade do regime militar, no governo Geisel (1974-1979). A autora aponta que o objetivo central das Forças Armadas era garantir sua saída do regime de forma que não houvesse qualquer ruptura ou sinal de enfraquecimento da instituição. Por mais que os governos militares tivessem sido marcados por divergências entre os oficiais, a prioridade das Forças era que o povo brasileiro seguisse acreditando em sua coesão institucional (D'ARAUJO, 2010). A necessidade de preservação pode ser explicada como um mecanismo de proteção frente aos

processos judiciais que o Exército viria a enfrentar, devido às inúmeras violações de direitos humanos cometidas pelo regime militar. Nas negociações feitas ao longo da transição para a democracia, era de suma importância para as Forças Armadas que a imunidade militar fosse assegurada.

Para D'Araujo (2010), a mudança de atitude dos oficiais militares não resultou apenas de um aspecto geracional, mas também de mudanças institucionais no tocante à formação de profissionais e à composição de cargos. “Os militares que ocuparam e ocupam comandos militares no Brasil desde a redemocratização de 1985 foram formados quando as novas regras da carreira já estavam em vigor, e têm uma forma de pensar menos intervencionista, ou seja, mais profissional” (D'ARAUJO, 2010, p. 132).

De maneira geral, houve um esforço para isolar oficiais da “linha dura” intervencionista, que não queriam abrir mão do poder. Neste contexto, D'Araujo destaca o general Geisel, que apesar de não ser democrata, prezava pelo princípio de autoridade e disciplina militar, e portanto entrava em embates com os setores mais radicais ao defender a submissão das Forças Armadas à Presidência. Foi Geisel que deu início às negociações que, em 1979 (já no governo Figueiredo) culminaram na implementação da Lei da Anistia. De certa forma, esta foi a maior conquista das Forças Armadas durante o período de transição, pois foi ela o mecanismo que garantiu a quebra de legitimidade das denúncias de crimes cometidos pelo regime, que surgiriam uma vez que a democracia já estivesse restabelecida.

Os primeiros passos da democracia ainda tinham os militares como atores políticos influentes, principalmente no que tange à pressão da instituição no sentido de manter todos os termos acordados entre civis e militares ao longo dos governos Geisel e Figueiredo. Nas palavras de D'Araujo, “a vitória da democracia política foi também uma vitória da imunidade militar no que toca aos crimes da chamada ‘guerra suja’” (D'ARAUJO, 2010, p. 116). Para além dos efeitos da Lei da Anistia, é indispensável analisar o papel delegado às Forças Armadas pela Constituição de 1988 e como ele sustenta e justifica certo envolvimento militar com a política.

Carvalho (2005) indica alguns tópicos importantes sobre os esforços de redefinição do papel das Forças Armadas, no contexto das polêmicas discussões na Assembleia Constituinte, ocorridas entre fevereiro de 1987 e setembro de 1988. De início, restaurou-se a doutrina de que é dever dos militares defender os poderes e instituições constitucionais, e não constituídos,

como se encontrava no texto de 1967. Além disso, eliminou-se a expressão “obediência dentro dos limites da lei”, introduzida em 1891. Contudo, a responsabilidade pela garantia da lei e da ordem – um dos pontos mais polêmicos do debate – acabou sendo mantida no texto, sob a condição de iniciativa de alguns dos poderes constitucionais.

No texto da Constituição de 1988, tem-se no Artigo 142<sup>10</sup>, a função constitucional das Forças Armadas:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988).

Para Carvalho (2005) o papel de garantia da lei e da ordem, introduzido na Constituição Brasileira com a República, foi utilizado em muitos momentos como justificativa de intervenção por parte dos militares. Argumentando em defesa da mudança na redação, ainda no contexto da Constituinte em 1986, o autor observava que “em regimes democráticos, lei e ordem são tarefas da polícia. A força armada só poderá intervir em casos excepcionais, dentro, agora sim, dos limites da lei e sob a supervisão do Legislativo” (CARVALHO, 2005). A supressão do termo, portanto, serviria para tornar as intervenções inconstitucionais, em benefício da consolidação de governos civis. Entretanto, não foi isso que se configurou no resultado final das discussões. O que se manteve, segundo o autor, não foi uma definição de Forças Armadas configuradas para a defesa externa do país, mas um aparelhamento voltado para operações internas – desenvolvendo uma forma de tutela militar sobre a democracia.

Sob o ponto de vista de D’Araujo (2010) a tendência de estabelecimento da democracia foi um fenômeno que marcou os anos 1990 e 2000 não só no Brasil, mas na América Latina como um todo. O calendário eleitoral da região manteve-se livre de intervenções institucionais, abrindo espaço para governos considerados de esquerda. Tais governos, no geral, mantiveram sua postura e agenda relativamente ponderadas, com políticas pragmáticas sem muitas revisões de contrato ou alternâncias de modelo econômico (D’ARAUJO, 2010). Para a autora, no entanto, as mudanças em curso não necessariamente significaram o início de um novo ciclo político. Ela escreve: “Assim, em vez de pensarmos em um novo ciclo ideológico ou

---

<sup>10</sup> Capítulo II do Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

revolucionário, seria mais plausível pensar em um conjunto de mudanças rumo à democracia representativa e participativa em meio a um espaço político matizado por várias tendências e com tradições autoritárias” (D'ARAUJO, 2010, p. 15).

D'Araujo avalia que a transição para este novo cenário de democracias emergentes envolveu elementos importantes, tais quais a ampliação de direitos para as minorias, a ruptura com antigos sistemas partidários, os processos de realinhamento partidário e a desmilitarização do Estado. Entretanto, junto com mudanças progressistas, a autora aponta um profundo retorno de práticas caudilhistas, junto com dificuldades em questões de segurança, desenvolvimento e governança - problemáticas tradicionais da região.

Ao contrário do que aconteceria na Argentina, a instituição [militar] queria sair preservada, sem possibilidade de cobranças sobre tortura e desmandos do passado. Nossa transição foi a mais longa entre todas aquelas praticadas pelas ditaduras militares que caíram na época, e nossa democracia foi, até fins da primeira década do século XXI, a única que nunca processou um único militar por desrespeito aos direitos humanos durante a ditadura (D'ARAUJO, 2010, pp. 107-108).

D'Araujo (2010) constata que o fim da Guerra Fria foi muito importante para retirar das forças militares a prerrogativa de soberania e a ausência completa de prestação de contas para com o governo e a sociedade. O fim das ditaduras e o retorno do controle estatal em relação às corporações militares exigiu um maior nível de transparência, além de incumbir às Forças Armadas o compromisso com a paz e a democracia. A partir deste momento, o Exército deveria aceitar sua subordinação ao poder civil, de modo a atentar-se aos problemas imediatos de segurança da região.

As preocupações da América Latina, na época, convergiam nas questões da governabilidade democrática, do desenvolvimento econômico e da segurança internacional - o que levou à necessidade de integração por parte das forças de defesa da região, fechando as portas para propostas de intervenções de natureza militar. Sobre o processo de democratização latino-americano, a autora entende que um dos grandes desafios foi superar o baixo nível de confiança da população para com as instituições. O período histórico que sucedeu a redemocratização provocou no povo o que a autora define como uma “frustração com os governos populares”, além de um “profundo questionamento das instituições representativas” (D'ARAUJO, 2010).

D'Araujo sustenta o argumento de que as Forças Armadas brasileiras realmente se abstiveram da política a partir de três pontos principais: as mudanças na carreira militar, desde 1964; o veto militar no que diz respeito à discussão sobre os crimes ocorridos na ditadura; e a criação do Ministério da Defesa, em 1999. Em consonância, Pion-Berlin (2008 apud D'ARAUJO, 2010, p. 127) afirma que “a era dos golpes militares pode ter acabado, porém não terminou a era da intervenção militar. Os militares latino-americanos envolveram-se em numerosas funções, mas o fizeram a pedido, e não contra a vontade dos que foram eleitos democraticamente”.

### **2.2.2. O novo papel político das Forças Armadas pós-redemocratização**

O período pós-Guerra Fria significou, nas Américas, uma “convergência de atitudes visando a fortalecer a governabilidade e a democracia” (D'ARAUJO, 2010, p. 31). A percepção da autora, em 2010, era de que a América do Sul, apesar das dificuldades internas com os altos índices de violência, era uma região pacífica que não poderia ser considerada uma ameaça à ordem internacional, justamente pelo seu esforço geral de promover a paz e a cooperação regional. O modelo de interdependência regional e manutenção da paz, implantado pelos governos latino-americanos ao longo da última década do século XX - que levou à criação do Mercosul, em 1991, por exemplo -, gerou um cenário no qual os custos de uma nova intervenção militar seriam extremamente caros, do ponto de vista político e das relações internacionais.

Por outro lado, D'Araujo (2010) aponta a preocupação com fatores como segurança, saúde e desenvolvimento - pontos que, se não fossem bem trabalhados pelos governos, poderiam gerar um custo maior do que o de uma intervenção militar. A preocupação se justifica pelo que aponta Pion-Berlin (2004) à respeito da fragilidade das instituições políticas e do baixo nível de convicção de alguns líderes em relação à democracia.

Parece unanimidade que, na América do Sul, as ameaças à democracia não virão de um golpe militar tradicional, mas há preocupação bastante disseminada quanto aos métodos políticos de alguns líderes eleitos, seus ataques à imprensa, seu discurso belicista, bem como a ingerência em questões internas de países alinhados ou não ideologicamente entre si. [...] A região, sabe-se, aprende a fazer política democrática sem ter tradições democráticas, tendo contra si ainda uma história de exclusões e desigualdades. Falta-nos o pano de fundo da igualdade e a tradição de bons governos articulados com a sociedade civil (D'ARAUJO, 2010, p. 36).

Ao abordar a questão militar na América do Sul no início do século XXI, D'Araujo elenca mudanças notáveis na relação civil-militar - sendo a principal o fato de que há por parte dos militares uma maior subordinação ao poder civil, além de um foco maior em seu papel



social e policial. Na concepção da autora, o período é embalado por uma concordância geral acerca da separação entre a esfera militar e o poder governamental, marcada pela ausência de projetos intervencionistas por parte das Forças Armadas.

É notável, entretanto, que os militares continuaram desempenhando um papel importante enquanto atores políticos e sociais. Segundo D'Araujo, não existiu um esforço sistemático suficiente, por parte do Estado, para reformular os princípios de defesa e, principalmente, o lugar que as Forças Armadas deveriam ocupar na democracia – o que levou à manutenção da visão da instituição militar como provedora de desenvolvimento e políticas sociais. Ainda que, na nova dinâmica política, as Forças Armadas não mais ocupassem o lugar de comando e continuassem subordinadas ao governo eleito, elas ainda possuíam um protagonismo social e econômico na política latino-americana, em geral. A necessidade de rever funções e estratégias refletia um padrão global pós-Guerra Fria, principalmente no que tange à postura de instituições militares frente às “novas ameaças” do sistema internacional (D'ARAUJO, 2010).

Para Pion-Berlin (2004), a grande preocupação com o engajamento militar no início dos anos 2000 era a expansão do escopo de atuação da instituição para áreas antes dominadas por civis. Assim, o desafio posto para o Estado era garantir que as Forças Armadas, diante de sua reformulação política, não assumissem como parte de sua identidade ideológica funções que não necessariamente se encaixariam na profissão militar, tradicionalmente falando.

Neste sentido, é interessante resgatar as categorias criadas pelo autor para descrever a expansão militar. A primeira, que ele chama de expansão horizontal, refere-se à presença das Forças Armadas em tarefas que não sejam relacionadas à defesa, porém orientadas pelas autoridades constitucionais - ou seja, atividades que não representam um risco à supremacia civil ou à democracia. Já a expansão vertical diz respeito à ocupação militar de cargos governamentais (fora da área de segurança e defesa) responsáveis pelo processo de tomada de decisão, bem como outras formas não-oficiais de influência que os militares possam exercer sobre a política nacional - em outras palavras, pode significar uma ameaça à democracia.

Entretanto, quando os militares adquirem pastas de gabinetes não-relacionados à defesa, poder de fala sobre políticas nacionais (sejam elas sociais, econômicas ou políticas) ou pior, influência sobre a escolha de políticos, este tipo de ascensão vertical torna-se um desafio para o regime. Na essência, este é um tipo de acumulação simultânea de autoridade horizontal e vertical, na medida em que os militares

ascendem a posições de elite ao mesmo tempo que ampliam seu escopo de influência para assumir poderes de tomada de decisão. [...] Muita presença militar no topo coloca em xeque a natureza civil do governo. Muita presença militar no topo, sem que haja um legislativo forte e um judiciário que fiscalize o executivo, pode colocar em questão a natureza democrática do governo em si (PION-BERLIN, 2004, p. 12, tradução livre).

Em 2005, Carvalho avaliava que a tendência das forças políticas de ignorar ou normalizar a presença militar na esfera política, ainda que dentro dos termos da subordinação determinados pela Constituição, poderia ser problemática para o futuro da política brasileira. “Quem observa a cena política da Nova República tem a impressão de que a tutela militar é algo normal e que deve continuar a exercer-se. É como se houvesse concordância tácita de que ela não pode ser evitada ou de que não pode ser dispensada” (CARVALHO, 2005, p. 152). Para o autor, eram muitas feridas que precisavam ser cicatrizadas antes que o engajamento político dos militares pudesse ser considerado como uma participação natural.

O autor justifica que, como resquício da Guerra do Paraguai, da proclamação da República e do próprio regime militar, as Forças Armadas se vêem como fonte do patriotismo, impassível de questionamento e crítica. Carvalho argumenta que a possibilidade de reformulação dos termos de atuação e da existência das Forças Armadas na sociedade, de forma a colocar a instituição em pé de igualdade com outros grupos sociais, parecia aos militares como uma ofensa.

Os militares, como instituição, têm procurado adaptar-se aos mecanismos que regem o sistema democrático de governo, salvo uma ou outra escorregadela, [...]. Seu comportamento durante o processo de impedimento de Fernando Collor foi exemplar. Mas eu diria que eles, como indivíduos e como instituição, ainda não se adaptaram à prática democrática quando se trata de discutir sua própria existência e seu papel na sociedade. Por mais liberal que seja o militar, ele não admite que um brasileiro possa achar que sua instituição não seja essencial para o país, na forma e com as atribuições que eles querem (CARVALHO, 2005, p. 166).

Para D’Araujo (2010), o silêncio dos militares em relação a questões políticas não necessariamente significou que eles concordaram em manter-se alheios à prática política – principalmente porque não rompeu com a noção de dever que a instituição tem para com o país. Além disso, não implicou em sua inatividade em áreas não-relacionadas à defesa, muito pelo contrário - as Forças Armadas, aqui e na América Latina em geral, seguiram fortemente associadas à esfera do desenvolvimento econômico e social, funcionando como agentes da modernização. No Brasil, tal associação tem raízes nos anos 1920 e nos primeiros passos da industrialização do país. O projeto dos militares no campo industrial andava lado a lado com o

Estado, buscando criar as condições necessárias para a implementação de políticas industriais desenvolvimentistas de forma autoritária, sem obstáculos advindos de mobilizações sociais.

Uma expressão clara da manutenção da concepção que interliga Forças Armadas e desenvolvimento é o documento intitulado Estratégia Nacional de Defesa, divulgado pelo governo em dezembro de 2008. Nele, estabelece-se o tripé desenvolvimento, expressão internacional e liderança regional como fundamentos da estratégia nacional. As Forças Armadas ocupavam papel essencial para a obtenção destes objetivos, e foram colocadas como formadoras da cidadania e promotoras da igualdade entre classes. Conforme D'Araujo (2010), a Estratégia Nacional de Defesa retomou crenças conservadoras sobre a função das Forças Armadas enquanto berço da nacionalidade e civismo. Ela entende que a Constituição Brasileira é uma das mais conservadoras da América Latina, no sentido de preservar o tradicionalismo acerca do papel do militar na sociedade.

O processo de redemocratização propiciou a volta aos quartéis, mas em vários países não descartou o uso das Forças Armadas como fator de desenvolvimento nacional nem como fiel da balança no jogo político. E este é um tema que traz de volta as velhas questões sobre o papel e o limite da ação dos militares na sociedade (D'ARAUJO, 2010, p. 58).

A autora argumenta que o Brasil possui um déficit no que cabe ao posicionamento frente às questões que envolvem o poder civil e os princípios de igualdade entre as esferas civil e militar. Neste sentido, ela aponta aspectos como a discussão sobre direitos humanos, a política de gênero nas forças armadas, o desenvolvimento de estratégias nacionais de defesa e a própria criação do Ministério da Defesa (abordada mais à frente) para demonstrar que o Brasil não teve pioneirismo algum diante da América Latina. Muito pelo contrário, houve um esforço do país para não tornar-se ultrapassado, diante das mudanças que aconteciam na relação civil-militar de modo geral, na região latino-americana. D'Araujo (2010, pp. 103-104) observa que os consensos internacionais sobre o controle civil e democrático das Forças Armadas e sobre a busca de cooperação e diálogo como estratégia de construção da paz obrigaram os militares brasileiros a rever algumas de suas posições.

A partir disso, uma nova dinâmica se estabeleceu na relação civil-militar. Na visão de D'Araujo, “para um país com forte tradição intervencionista das Forças Armadas não é desprezível que, desde 1985, [os militares] não tenham patrocinado nenhuma crise política nem se pronunciado sobre as crises que o país enfrentou” (D'ARAUJO, 2010, p. 109).

O distanciamento político dos militares foi também um reflexo do novo contexto internacional, que exigia dos Estados uma reformulação à respeito das políticas nacionais de defesa - reformulação esta que foi concretizada em 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a criação do Ministério da Defesa. Em princípio, a postura das Forças Armadas em relação à criação do Ministério da Defesa foi de contestação e receio de perda de prestígio e poder para os militares. Oficiais das Forças expressavam sua preocupação com a tentativa de controle dos militares que poderia ocorrer por parte de civis que ocupassem a chefia do ministério. Além disso, representantes do Exército alegavam que a medida seria uma manobra para isolar os militares do cenário político (D'ARAUJO, 2010).

Dentre as vozes que se opuseram ao projeto de criação do Ministério da Defesa, estava Jair Bolsonaro, na época deputado federal do Rio de Janeiro (1998-2002). Em sua opinião, o novo ministério era, na verdade, uma imposição estadunidense planejada para transformar as Forças Armadas em polícias ou distribuidoras de cestas básicas, e para “retirar de uma vez por todas a participação dos militares no cenário político nacional, principalmente porque castra os comandantes da Marinha, da Aeronáutica e do Exército”<sup>11</sup>.

Concomitantemente à criação do Ministério da Defesa, no ano de 2000, o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso tomou outra atitude importante para a transferência do poder para a esfera civil. O governo extinguiu a Casa Militar, oficializando o fato de que nenhuma instância da esfera do Poder Executivo tivesse natureza milita. Somados à isto, a criação da Política de Defesa Nacional (1996) e da Estratégia Nacional de Defesa (2008) foram essenciais para delinear o novo modelo das relações civil-militares no Brasil. É importante ressaltar, contudo, que apesar das mudanças os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ainda mantiveram seu status ministerial – o que demonstra que a separação teve um caráter institucional que não necessariamente comprometeu a relevância ou enfraqueceu o poder dos cargos de comando militar.

De todo modo, lado a lado com as atividades do governo federal, os militares continuaram demonstrando sinais de insatisfação em relação ao domínio civil – ainda que a estrutura administrativa do Ministério da Defesa, até 2009, tenha sido composta por uma maioria militar. Além disso, oficiais das Forças Armadas seguiram recebendo tratamento

---

<sup>11</sup> Citado por D'Araujo (2010, p. 120).

diferenciado em algumas questões, como a aposentadoria e assistência social, ou a existência de uma justiça corporativa e um Superior Tribunal Militar (STM).

D'Araujo (2010) defende a tese de que o que muitos consideravam como um projeto político autônomo dos militares era, na verdade, uma defesa corporativa dos interesses das Forças Armadas. Um dos traços marcantes da estratégia militar, neste sentido, é a prática de glorificação do passado como forma de reivindicar atuação em áreas que, na teoria, não são de domínio militar. Em relação à ditadura, a questão da abertura de arquivos e as propostas de revisão da Lei de Anistia são boas ilustrações da defesa corporativa em questão. Para a autora, “os militares estão, desde 1985, fora do campo político-eleitoral, mas não abrem mão de exercer forte pressão perante as autoridades civis para manter intocada a questão dos crimes da ditadura e assegurar algumas funções civis” (D'ARAUJO, 2010, p. 126).

A postura militar de negação em relação aos crimes da ditadura, em certos momentos, se fez mais clara. É o exemplo da nota oficial<sup>12</sup> divulgada pelo Serviço de Comunicação Social do Exército em 17 de outubro de 2004. A nota era uma resposta das Forças Armadas à divulgação, feita pelo *Correio Braziliense*, de fotos obtidas pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, referentes a um preso identificado como Vladimir Herzog<sup>13</sup>. As imagens, na verdade, retratavam o padre Leopoldo D'Astous, militante de esquerda investigado pelo regime. Paralelamente à comoção popular, as fotos provocaram insatisfação no setor militar, o que levou a divulgação de uma nota oficial justificando as ações da instituição durante o período ditatorial.

Desde de Meados da década de 60 até o início dos anos 70 ocorreu no Brasil um movimento subversivo, que atuando a mando de conhecidos centros de irradiação do movimento comunista internacional, pretendia derrubar, pela força, o governo brasileiro legalmente constituído.

Na época, o Exército Brasileiro, obedecendo ao clamor popular, integrou, juntamente com as demais Forças Armadas, a Polícia Federal e as polícias militares e civis estaduais, uma força de pacificação, que logrou retomar o Brasil à normalidade. As medidas tomadas pelas forças legais foram uma legítima resposta à violência dos que recusaram o diálogo, optaram pelo radicalismo e pela ilegalidade e tomaram a iniciativa de pegar em armas e desencadear ações criminosas.

---

<sup>12</sup> Citado por D'Araujo (2010, p. 137-138).

<sup>13</sup> Vladimir Herzog foi um jornalista, torturado e assassinado pelo regime militar em 25 outubro de 1975, no quartel do Destacamento de Operações Internas, Comando Operacional de Informações do 2º Exército (DOI-CODI), em São Paulo (SP).

[...] Quanto às mortes que teriam ocorrido durante as operações, o Ministério da Defesa tem, insistentemente, enfatizado que não há documentos históricos que as comprovem, tendo em vista que os registros operacionais e da atividade de inteligência da época foram destruídos em virtude de determinação legal.

[...] Coerente com seu posicionamento, e cioso de seus deveres constitucionais, o Exército brasileiro, bem como as Forças coirmãs, vão demonstrando total identidade com o espírito da Lei da Anistia, cujo objetivo foi proporcionar ao nosso país um ambiente pacífico e ordeiro, propício para a consolidação da democracia e ao nosso desenvolvimento, livre de ressentimentos e capaz de inibir a reabertura de feridas que precisam ser, definitivamente, cicatrizadas. Por esse motivo, considera os fatos como parte da História do Brasil. Mesmo sem qualquer mudança de posicionamento e de convicções em relação ao que aconteceu naquele período histórico, considera ação pequena reavivar revanchismos ou estimular discussões estéreis sobre conjunturas passadas, que a nada conduzem.

O episódio causou conflito no governo, e enfraqueceu a posição do então ministro da Defesa, José Viegas, que pediu demissão cinco dias depois, em 22 de outubro de 2004. Em sua carta de demissão, Viegas condenou a postura dos militares e registrou indignado que “[...] uma vez que o Exército Brasileiro não deve emitir qualquer nota com conteúdo político sem consultar o Ministério, assumo a responsabilidade que me cabe, como dirigente superior das Forças Armadas, e apresento minha renúncia ao cargo de Ministro da Defesa”<sup>14</sup>.

Nos anos que se seguiram, as discussões acerca da abertura de arquivos migraram para propostas concretas de revisão da Lei da Anistia. O ministro da Justiça do governo Lula, Tarso Genro, foi uma das vozes que advogou pela causa. Na visão do ministro, a Lei da Anistia não poderia se aplicar a casos de tortura porque esta não é um crime político, e sim uma violação de direitos humanos, ou seja, um crime de lesa-humanidade. Se admitida, tal interpretação jurídica poderia, inclusive, anular a necessidade de alterar os termos da anistia.

Novamente, ao abordar a reação de representantes das Forças Armadas e sua tentativa constante de desqualificar qualquer debate que contraponha a tese de que os assuntos referentes à ditadura militar estavam encerrados, Maria Celina D’Araujo menciona o então deputado federal Jair Bolsonaro. Foi no contexto das tensões entre o Ministério da Justiça, de Tarso Genro, e o Ministério da Defesa, chefiado por Nelson Jobim, que Bolsonaro declarou acreditar que “o erro da ditadura foi torturar e não matar”<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Citado por D’Araujo (2010, p. 141).

<sup>15</sup> A declaração foi feita em um seminário intitulado “Lei da Anistia: alcances e consequências” realizado pelo Clube Militar, no Rio de Janeiro, em agosto de 2008.

O litígio entre ministérios teve seu fim com a retirada da pauta “ditadura militar” da agenda do governo - a partir do pedido do presidente Lula para que Tarso Genro não mais discutisse o assunto em público, junto com a orientação de silêncio dada aos militares pelo ministro da Defesa. Segundo D’Araujo, entretanto, “embora o presidente Lula e o Ministro da Defesa tivessem se mantido numa posição reconciliadora para com os militares, dentro do governo havia espaço legítimo para várias ações oficiais a favor da revisão dos direitos humanos” (D’ARAUJO, 2010, p. 156).

Ainda sobre o debate envolvendo os ministros Tarso Genro e Nelson Jobim, José Murilo de Carvalho apresenta uma crítica mais contundente à postura do presidente Lula em relação ao futuro da discussão. Para o autor, o episódio serviu para explicitar as feridas abertas que os governos militares deixaram na história do país. Enquanto familiares das vítimas torturadas, assassinadas e desaparecidas ainda esperam por informações, o Exército seguia (e ainda segue) negando a existência de documentos e a abertura dos arquivos da época. Carvalho considera a postura de Lula como uma reprodução do “velho estilo conivente dos políticos”, que falha ao não confrontar os militares. Para o autor, é imprescindível que os assuntos não resolvidos da ditadura sejam finalmente avaliados e superados, para que possa haver uma conciliação entre as Forças Armadas e a população (CARVALHO, 2005).

O escasso envolvimento da população com as temáticas relacionadas à ditadura militar facilitam posicionamentos como o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na época. Carvalho acredita que, sem pressão social,

os democratas, aí incluídos alguns setores liberais e alguns de esquerda, ou evitam debater a questão ou discursam contra o militarismo em termos abstratos, fugindo às definições concretas ou se recusando à negociar com os militares. [...] A omissão civil, não haja dúvida, contribui para a volta dos militares ao governo (CARVALHO, 2005, p. 152).

Tendo em vista a ausência de mobilização popular ou parlamentar em relação não só aos crimes da ditadura, mas também à pauta da revisão da Lei de Anistia, Maria Celina D’Araujo acredita que o debate político sobre o regime militar serviu para demonstrar a capacidade de resistência das Forças Armadas no sentido de manter a história da ditadura no obscurantismo (D’ARAUJO, 2010). Contribuíram para isso o veto do presidente e a ideia de que o tema direitos humanos não se enquadra no campo da política, mas sim do judiciário - o que reduziu a possibilidade de adotar o tema dos direitos humanos como um valor social capaz

de combater a banalização da violência. A autora destaca que, apesar de ser o comandante supremo das Forças Armadas, o presidente da República nada fez que pudesse confrontar os interesses corporativistas da instituição militar.

Para D'Araujo, a postura do governo Lula foi essa não só em relação à ditadura, mas de modo geral. As Forças Armadas, juntamente com o Judiciário, constituíam as duas instituições que se mantinham intocadas, no que compete às reformas políticas de bem-estar social implementadas no Brasil desde os anos 1990. Conseqüentemente, eram as instituições menos acessíveis e com maior força política para seguirem inatingíveis e garantirem certos privilégios (D'ARAÚJO, 2010). Entretanto, a autora entende que

barganhar a manutenção de benefícios não significa que estejam sendo gestadas novas formas de intervenção político-militar nem que os militares mantenham o papel político que tiveram na ditadura. Os militares defendem interesses da corporação, querem tratamento diferenciado nas políticas sociais e salariais e silêncio sobre o passado, mas não explicitam projetos de poder (D'ARAÚJO, 2010, p. 173).

A compreensão da autora, datada de 2010, parece descolada do que se tem no cenário político brasileiro em 2019, cujos cargos da Presidência e Vice-Presidência são ocupados por oficiais da reserva do Exército, bem como diversas chefias de Ministérios. De toda forma, a manifestação de militares acerca de questões políticas tornou-se mais frequente, na segunda década do século XXI, no governo de Dilma Vana Rousseff (2010-2014).

No dia 12 de maio de 2010, o presidente Lula encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que instituía a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), para investigar as violações de direitos humanos praticadas no Brasil entre 1946 e 1988. Em mensagem atrelada ao projeto, o Presidente da República constatava:

A criação da Comissão Nacional da Verdade assegurará o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período anteriormente mencionado [1946-1988], contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos.<sup>16</sup>

Dois anos depois, em 16 de maio de 2012, a presidenta Dilma Rousseff anunciou, em cerimônia oficial no Palácio do Planalto, a instalação da CNV. O intuito da comissão, integrada

---

<sup>16</sup> Mensagem retirada do Relatório da Comissão Nacional da Verdade - Volume 1, publicado em dezembro de 2014.



por sete membros indicados pela presidenta da República, era fortalecer as instituições democráticas e apurar os crimes cometidos pelo regime militar. Em nota oficial<sup>17</sup>, no contexto dos 50 anos do golpe de 1964, a CNV se apresentou da seguinte forma:

A Comissão Nacional da Verdade [...] baseia-se na convicção de que a verdade histórica tem como objetivo não somente a afirmação da justiça, mas também preparar a reconciliação nacional, como vem assentado no seu mandato legal. Esteia-se na certeza de que o esclarecimento circunstanciado dos casos de tortura, morte, desaparecimento forçado, ocultação de cadáver e sua autoria, a identificação de locais, instituições e circunstâncias relacionados à prática de violações graves de direitos humanos, constituem dever elementar da solidariedade social e imperativo da decência, reclamados pela dignidade de nosso país.

Não cabe aqui entrar em detalhes sobre o conteúdo das apurações realizadas pela Comissão Nacional da Verdade. Ao todo, foram 434 mortes e desaparecimentos reconhecidos pela comissão, que divulgou seu relatório final, dividido em três volumes, em dezembro de 2014. Sobre os resultados do trabalho, o ministro da Defesa Celso Amorim (2011-2015) admitiu que seu ministério, enquanto parte integrante do Estado brasileiro, reconhecia a responsabilidade perante as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. O comando das Forças Armadas, entretanto, não corroborou com a posição de Amorim.

Em pronunciamento oficial, o Exército disse entender que “não lhe é pertinente manifestar-se a respeito dos atos formais e de outras decisões tomadas pelo Estado brasileiro ou, ainda, opinar sobre situações já definidas pelo ordenamento jurídico vigente”<sup>18</sup>. Marinha e Aeronáutica alegaram não obter documentos ou informações que os possibilitassem confirmar ou negar as conclusões da CNV – o que evidenciou a dificuldade que os membros da comissão encontraram para trabalhar com as Forças Armadas durante as investigações. O jornal *O Estado de S. Paulo*, na mesma época, divulgou um manifesto assinado por 27 militares da reserva, no qual generais alegavam “abominar peremptoriamente” as declarações de Amorim. Mantendo a ideia de que erros foram cometidos pelos dois lados, e que o Exército não deve pedir desculpas, o texto termina frisando: “Nós sempre externaremos a nossa convicção de que salvamos o Brasil!”<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> Nota da CNV sobre os 50 anos do golpe de 1964. **Comissão Nacional da Verdade**, 31 de mar. de 2014. Disponível em <<https://archive.is/eXAMu>>. Acesso em 24 de abr. de 2019.

<sup>18</sup> Amorim diz à CNV que Forças Armadas não negam violações de direitos humanos. **Jornal GGN**, 22 de set. de 2009. Disponível em <<https://archive.is/jSaLB>>. Acesso em 24 de abr. de 2019.

<sup>19</sup> Manifesto de generais de alta patente da reserva ataca Comissão da Verdade. **O Estado de S. Paulo**, 26 de set. de 2014. Disponível em <<https://archive.is/GvZWv>>. Acesso em 24 de abr. de 2019.

Afora o pronunciamento dos generais da reserva, a CNV encarou de forma positiva a ausência de elementos que permitissem às Forças Armadas contestar o resultado das investigações. A comissão declarou, no entanto, que considerava o posicionamento das três instituições como insuficientes, diante dos fatos revelados pelo relatório. Para Pedro Dallari, coordenador da CNV, é preciso que os militares evoluam da posição de “não negação”<sup>20</sup>.

Parece um anacronismo que, a essa altura do campeonato, as Forças Armadas chegaram só a uma posição de não negação. Claro, eles não vão negar, porque o Estado brasileiro reconheceu que esses crimes foram cometidos, houve reparação a familiares desses mortos e desaparecidos. Então o que a Comissão da Verdade espera é que haja uma evolução compatível com toda essa verdade que já está levantada e comprovada e que é absolutamente incontestável.

A reação dos militares diante do trabalho da Comissão Nacional da Verdade é uma ilustração de como o corporativismo construído pelos militares os garante, ainda hoje, utilizar-se de seu lugar privilegiado em relação a outros setores da sociedade para impor interesses da instituição, assegurar regalias e garantir o conservadorismo do país em relação a alguns pontos específicos – como por exemplo o silêncio em relação aos crimes da ditadura e a própria manutenção da Lei de Anistia e da Justiça Militar (D'ARAUJO, 2010). Para a autora, essa postura assimétrica não necessariamente implica que a instituição assuma funções governamentais paralelas ao Executivo – apesar de significar que ela ainda têm certo controle e poder político no que tange a setores específicos das políticas públicas.

Entretanto, é importante ressaltar a interpretação de D'Araujo (2010) acerca da intensidade deste controle. Na visão da autora, em momentos de autoritarismo, no que tange ao princípio de segurança nacional, as leis e julgamentos que envolvem a ação das Forças Armadas tendem a passar por mudanças e detalhamentos, de acordo com a compreensão militar acerca de conjunturas específicas. Um bom exemplo disso são os Atos Institucionais implementados pelo regime militar após o golpe de 1964, responsáveis por aumentar constitucionalmente o escopo de atuação da Justiça Militar, concretizando a dominação militar não só dos poderes Executivo e Legislativo (após o fechamento do Congresso), mas também do Judiciário.

Fica claro, portanto, que a relação entre a sociedade civil e as Forças Armadas, no Brasil do século XXI, possui não só cicatrizes, mas feridas abertas, que resultam em uma disparidade

---

<sup>20</sup> Comissão Nacional da Verdade considera insuficiente posição das Forças Armadas. **EBC Agência Brasil**, 22 de set. de 2014. Disponível em <<https://archive.is/FBOJr>>. Acesso em 24 de abr. de 2019.

de direitos, de deveres e de capacidade de influência política. Sem entrar no mérito dos motivos que possibilitaram o retorno dos militares ao governo, iniciado em 2016 com Temer e consolidado em 2019 – ainda que desta vez pela via democrática, com a eleição de oficiais da reserva –, e sem conjecturar as consequências deste retorno para o futuro do Brasil, o próximo capítulo buscará caracterizar os militares que hoje chefiam Ministérios do governo Bolsonaro.

### 3. OS MILITARES DE BOLSONARO

O objetivo deste capítulo é caracterizar o perfil ideológico dos militares que ocupam cargos de primeiro escalão do governo, de modo a permitir uma melhor compreensão das forças políticas que compõem o governo. Para tal, é necessário primeiramente estabelecer uma série de categorias que permitirão a análise detalhada de pronunciamentos, entrevistas e discursos proferidos pelos ministros militares de Bolsonaro. Em outras palavras, buscou-se enquadrar as manifestações políticas dos militares que compõem o governo Bolsonaro nas categorias definidas por Carvalho, quando da análise do período pré-1964. O objetivo foi ver em que medida as correntes políticas predominantes à época, e que justificaram a intervenção, se mantêm presentes.

#### 3.1. Categorias de análise

Carvalho (2005) identifica na corporação militar, ao longo de sua história, três principais ideologias de intervenção. A primeira, denominada **intervenção reformista**, tem sua base na ideia positivista de soldado cidadão, que tratava de romper com a forte diferenciação feita entre militares e civis e com a noção de que “o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe” (CARVALHO, 2005, p. 39). Em sua essência inicial, incitava militares a intervir na política do governo imperial e alimentava a busca de grupos de oficiais por prestígio e poder. Ela funcionou principalmente como um instrumento capaz de justificar as ações de jovens oficiais no dia 15 de novembro de 1889, na ocasião da Proclamação da República. Seu princípio fundamental prezava pela afirmação militar, ao passo que refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento dos oficiais para com a sociedade civil, sobretudo a elite política. Em suma, o movimento buscava articular grupos e convencê-los da ideia de que militares poderiam decidir por obedecer ou não às autoridades.

Enquanto categoria de análise, entende-se aqui o intervencionismo reformista como uma tendência muito baseada na reafirmação da corporação militar como uma instituição forte diante de um cenário na qual ela se encontra marginalizada ou desvalorizada. São elementos importantes o ressentimento em relação à falta de reconhecimento da importância das Forças Armadas, o desejo de autonomia em tomadas de decisão para além da ordem de autoridades e a argumentação em torno da quebra do estigma que diferencia militares e civis.

A segunda corrente ideológica é pautada no princípio de **não-intervenção**. Sustenta-se na ideia de soldado profissional, cuja preocupação primeira é a consolidação da

profissionalização militar. Seus defensores encaravam o envolvimento dos militares com a política e a ocupação de cargos públicos como uma violação do princípio da disciplina, bem como um fator de enfraquecimento e atraso para a instituição. Além disso, a defesa da democracia liberal e os planos de modernização da corporação militar reforçavam a necessidade de neutralidade política por parte dos oficiais.

A intenção essencial do movimento é não só a garantia de estabilização do militarismo como uma profissão, mas também a consolidação do Exército enquanto órgão institucional responsável pela defesa nacional. Neste sentido, percebe-se a preservação da verticalidade na relação de submissão entre as Forças Armadas e o poder Executivo. Em outras palavras, o não-intervencionismo defende que o Exército assuma o papel de órgão de defesa nacional, sob a orientação e os comandos superiores advindos da Presidência da República.

A terceira e última ideologia intervencionista apontada por Carvalho (2005) é a **intervenção moderadora**. Entendida a partir da noção de soldado-corporação, admitia abertamente o intervencionismo militar na política e pautava-se na crença de que “o Exército precisa estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam” (KLINGER, 1913 apud CARVALHO, 2005, p. 41). De maneira geral, pregava-se que os militares deveriam manter-se sempre num estado de preparação para intervir, quando necessário. Para tanto, entendia-se como essencial que as Forças Armadas desenvolvessem uma política própria, ao invés de funcionar a partir de políticas de governo nelas implantadas.

A ideia representava, de certa forma, uma junção das duas que a antecederam: ao mesmo tempo que concordava com a possibilidade de uma intervenção controladora ou moderadora, reafirmava a necessidade de profissionalização do Exército. Em outras palavras, constatava que intervenções militares deveriam ser consideradas legítimas, contanto que fossem orientadas pelo Estado-Maior e colocadas em prática não por setores militares específicos, mas pela organização como um todo. Em termos analíticos, o intervencionismo moderador se caracteriza pela compreensão do envolvimento político como um dever dos militares, quando julgarem necessário, com base na conjuntura em que estão inseridos. Além disso, é importante destacar a preocupação com a organização e a manutenção da coesão interna que garante a força da corporação militar, diante de uma situação de intervenção.

Além das categorias relacionadas ao intervencionismo, a análise contará com categorias estabelecidas por Carvalho (2005) para descrever o tenentismo - movimento promovido pela instituição militar, na tentativa de ampliar e fortalecer sua posição perante a sociedade e o Estado. O autor identifica dois grandes momentos históricos nos quais o tenentismo teve um protagonismo importante. A primeira grande investida, na ocasião da proclamação da República, não obteve sucesso pois a política nacional acabou dominada pelas oligarquias do café-com-leite. Já a segunda, no contexto dos anos 1930, o autor considera ter alcançado êxito.

Tratou-se de uma mobilização na qual dois grandes líderes comandaram grupos diferentes, movidos por ideologias políticas distintas. De um lado, Luís Carlos Prestes esteve à frente da corrente da esquerda revolucionária, com propostas de mudança bastante profundas e drásticas relacionadas à estrutura do sistema político. Do outro, Juarez Távora e os centristas que clamavam por reformas mais brandas, dentro do sistema vigente. Entre os dois grupos, apesar das diferenças, algumas características comuns podem ser ressaltadas e utilizadas como categorias de análise para o pensamento ideológico dos militares que hoje são ministros do governo Bolsonaro. São elas: nacionalização da política, antiliberalismo, anti-representativismo e reformismo.

Tendo em vista a crítica forte que o tenentismo fazia às oligarquias estaduais (de São Paulo e Minas Gerais, principalmente) que dominavam o cenário político da época, a **nacionalização da política** surgia como um projeto de centralização política que garantisse ao Estado mais poder do que as unidades federativas. Na essência, a proposta sugeria que o governo central pudesse implementar políticas em todos os domínios nacionais. Enquanto categoria de análise, a nacionalização da política pode ser entendida a partir de uma visão do Estado como o núcleo articulador da sociedade, capaz de integrar a população, mantendo-se uma instituição nacional sólida e central para o funcionamento do país.

O **antiliberalismo**, de maneira geral, consistia na crença de que o Estado deve desempenhar um papel preponderante diante do mercado. Enquanto a esquerda revolucionária sugeria a planificação total da sociedade, Távora e os centristas clamavam pela forte presença do Estado na regulamentação da sociedade, tanto em aspectos econômicos quanto em aspectos sociais, através de políticas públicas. De certa forma, a nacionalização da política está colocada como um pré-requisito que alimenta o antiliberalismo, ou seja, são dois princípios fundamentais que caminham juntos.

Outro traço característico do tenentismo que será utilizado na análise da seção seguinte é a oposição à democracia representativa, ou o **anti-representativismo**. Na concepção do movimento, as Forças Armadas têm o dever de interferir no processo político e destituir governos sempre que julgar necessário, quando entenderem que há, na conjuntura, qualquer desrespeito às leis ou ameaça à nação brasileira. Com este posicionamento, os militares ignoram a função do Congresso Nacional de representar o povo e fiscalizar o poder Executivo. Enquanto categoria de análise, o anti-representativismo será percebido na noção de que a instituição militar deve tomar as rédeas do poder Executivo quando julgar necessário, bem como na desconsideração em relação ao papel dos poderes Legislativo e Judiciário.

A última categoria presente no movimento tenentista é o **reformismo**, expresso na proposta de reformas nas esferas política, econômica e social. Independente do conteúdo e do direcionamento ideológico da reforma proposta, nenhuma das correntes tenentistas defendia a manutenção da ordem político-social vigente. A esquerda de Prestes clamava por uma revolução capaz de subverter o sistema capitalista, ao passo que os centristas propunham uma reforma moderada que pudesse modernizar a ordem liberal capitalista corrente, mantendo algumas premissas básicas. Esta última corrente, que obteve sucesso ao chegar ao poder em 1964, por exemplo, conseguiu aplicar o que foi chamado por Barrington Moore (1983 apud CARVALHO, 2005, p. 130) de modernização conservadora. O conservadorismo a que Moore se refere explica-se pela maneira que os militares conduziram as transformações econômicas, políticas e sociais da época, dirigidas pelo Estado de forma verticalizada e buscando restringir ou impedir a participação política de todos aqueles que pudessem representar uma ameaça para sua concretização. Na análise a seguir, a categoria será observada a partir de características de ambas as correntes, identificando possíveis aproximações entre os militares do governo Bolsonaro e o reformismo tenentista.

Em suma, serão estas as categorias que conduzirão a leitura de entrevistas, pronunciamentos e discursos oficiais dos ministros, na seção 3.3. deste capítulo. Antes, será feita uma análise da composição do governo e os efeitos que a presença massiva de militares pode ter no poder Executivo.

### **3.2. Composição do governo**

Antes de analisar o perfil ideológico dos ministros militares de Bolsonaro, é preciso entender o lugar que os diferentes grupos que constituem o governo ocupam em termos de influência política. Este subcapítulo propõe-se a fazer justamente isso: a partir da dinâmica que

envolve os grupos políticos envolvidos no governo, avaliar qual a extensão do poder dos militares diante da Presidência da República.

Para entender a dimensão da influência política das Forças Armadas, Amorim Neto (2011) se debruça sobre a obra de Huntington, em seu livro *The soldier and the State*.

Um aumento no número de militares ocupando posições de autoridade em ramos normalmente civis do governo justifica uma conclusão relativa ao aumento no grau de influência militar. O tipo específico de agência em que os militares estão trabalhando levaria a conclusões relativas ao locus dessa influência aumentada: eles podem estar todos no departamento de relações exteriores ou podem estar espalhados pelo governo em geral (HUNTINGTON, 1985 [1957], p. 89 apud AMORIM NETO, 2011, p. 133).

A partir da concepção de Huntington, Amorim Neto (2011) sugere calcular a força política dos militares utilizando um índice que considera a percentagem anual de ministros com formação profissional militar, independentemente da pasta que eles ocupam (militar ou não). O autor menciona, por exemplo, que no período entre 1946 e 1964, os militares dividiam-se em facções, denominadas por Martins Filho<sup>21</sup> como nacionalistas e antinacionalistas. A fragmentação das Forças Armadas em facções tende a reduzir seu poder político, uma vez que sua ação perde a coerência. Porém, considerando que os cargos de Ministérios são sempre ocupados por oficiais-generais, um elemento facilitador do cálculo de influência para a época era a postura anticomunista, homogênea entre o alto comando das Forças.

Com o intuito de compreender o aumento da força política militar no Brasil do século XXI, nos termos colocados por Amorim Neto (2011), é preciso observar a crescente presença de militares no comando de pastas ministeriais. Para tanto, fez-se um levantamento a partir de dados encontrados em sites oficiais de governo ou no portal online do jornal *A Folha de S. Paulo*. O mapeamento incluiu o período final do governo de Fernando Henrique Cardoso, indo até o atual quadro ministerial de Bolsonaro. É importante ressaltar que os ministérios mudam ao longo dos governos. Então, dependendo do período, é possível encontrar mais ou menos ministérios, bem como ministros militares em um mesmo governo. Por isso, além dos começos de mandato de cada governante, buscou-se incluir momentos marcados por reformas ministeriais significativas e casos específicos que causaram alterações relevantes na quantidade de ministérios ou na distribuição das suas chefias. Os dados encontrados foram os seguintes:

Tabela 1: Relação de ministérios e ministros militares no Brasil, de 2002 à 2019.

---

<sup>21</sup> Citado por Amorim (2011, p. 133).

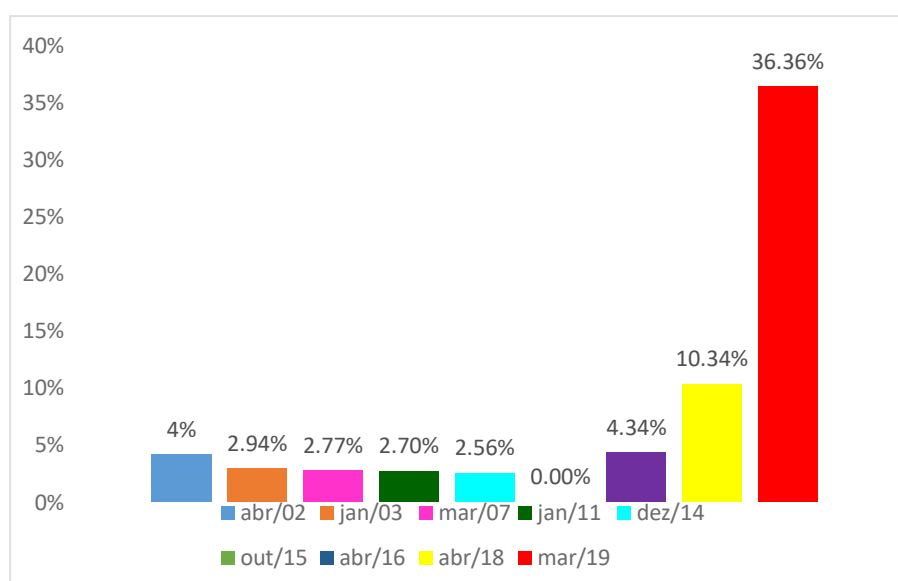


MÊS E ANO	PRESIDENTE (A)	Nº DE MINISTÉRIOS	Nº DE MILITARES
Abril de 2002	FHC	24	1
Janeiro de 2003	Lula	34	1
Março de 2007	Lula	36	1
Janeiro de 2011	Dilma	37	1
Dezembro de 2014	Dilma	39	1
Outubro de 2015	Dilma	31	0
Abril de 2016	Temer	23	1
Abril de 2018	Temer	29	3
Março de 2019	Bolsonaro	22	8

Fonte: Elaboração da autora.

A partir dos dados levantados, torna-se possível ilustrar a variação da força política dos militares, dentro dos quadros ministeriais de cada governante do Brasil no século XXI. O gráfico abaixo demonstra a porcentagem de militares chefiando ministérios durante os mandatos de FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. O cálculo foi baseado na relação entre o número de ministros militares diante do número total de ministérios - o que variou de acordo com cada governo e com o momento político pelo qual o governo passava.

Gráfico 1: A força ministerial dos militares no Brasil.



Fonte: Elaboração da autora.

Como já foi explicado no capítulo anterior, a tendência dominante no meio político pós-redemocratização foi a de afastamento das Forças Armadas - ao menos no que tange à ocupação de cargos de primeiro escalão que não estivessem diretamente atrelados à segurança e defesa. Por esse motivo, o mandato de FHC, os dois mandatos de Lula e o primeiro de Dilma ainda mantinham um oficial do Exército na direção do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. No primeiro ano do segundo mandato de Dilma, com a reforma ministerial de outubro de 2015<sup>22</sup>, o GSI foi extinto - o que significou também que não haveria mais pasta ministerial conduzida por um militar.

A concretização do golpe de 2016, que levou à destituição da presidenta eleita Dilma Rousseff e permitiu a ascensão de Michel Temer à Presidência da República, estabeleceu a reaproximação do governo com o setor militar, abrindo o espaço do governo para a interação política pela primeira vez desde o fim da ditadura. Em seu último ano de governo, Temer contava com a participação de oficiais da reserva do Exército conduzindo 3 dos seus 24 ministérios<sup>23</sup>. Além do Gabinete de Segurança Institucional<sup>24</sup>, resgatado pelo presidente já no início de seu mandato e atrelado à Abin<sup>25</sup>, os militares passaram a chefiar o Ministério da Defesa, o Ministério da Transparência e a Controladoria Geral da União. A escolha de Temer é significativa principalmente no que tange ao Ministério da Defesa, que perdeu seu comando civil e foi submetido ao controle dos militares pela primeira vez desde a sua criação.

Com a eleição de 2018, o retorno do envolvimento militar no cenário político alcançou um novo patamar - começando pelo fato de que a chapa vencedora era composta pelo presidente

---

<sup>22</sup> Novos ministros de Dilma Rousseff: veja quem entra e quem sai. **G1**, São Paulo, 02 de out. de 2015. Disponível em: <<https://archive.is/xNXwz>>. Acesso em 07 de maio de 2019.

<sup>23</sup> Temer empossa 11 novos ministros; veja como fica a esplanada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 de abr. de 2018. Disponível em: <<https://archive.is/IlqJ1>>. Acesso em 07 de maio de 2019.

<sup>24</sup> O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) tem sua origem no governo de Getúlio Vargas, no início da década de 1930, com a criação do Estado-Maior do Governo Provisório. Em 1938, o Estado-Maior de Governo (que já não era mais provisório devido à efetivação do governo em 1934) tornou-se Gabinete Militar e ganhou status de ministério, e permaneceu assim até 1992, quando foi transformado na Casa Militar da Presidência da República. Já no governo FHC, em 1999, uma medida provisória alterou a nomenclatura da Casa Militar, que passou a se chamar Gabinete de Segurança Institucional. Em 2015, a reforma ministerial da presidenta Dilma desmontou o GSI - que voltou a ser Casa Militar, com menos competências - porém isso foi revertido por Michel Temer em 2016. Dentre as competências atuais do GSI (definidas por decreto presidencial em 02 de janeiro de 2019), cabe destacar: assistir a Presidência, principalmente em assuntos militares e de defesa; monitorar riscos, prevenir e gerenciar crises; coordenar o sistema de inteligência federal e as questões de segurança cibernética, de informação e das comunicações; garantir a segurança pessoal do presidente, vice-presidente, familiares e, ocasionalmente, titulares de pastas ministeriais atreladas ao Palácio do Planalto; dirigir o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro e questões envolvendo o setor espacial brasileiro; entre outros pormenores.

<sup>25</sup> Agência Brasileira de Inteligência, vinculada ao GSI desde sua criação, em 1999. De maneira geral, o órgão desempenha a função de fornecer, à Presidência e aos Ministérios, informações e análises estratégicas referentes à segurança do Estado e da sociedade. Por ser parte do GSI, a Abin sempre esteve sob o controle de militares - exceto durante o primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff, quando a pasta ministerial foi extinta.

Jair Messias Bolsonaro, capitão do Exército, e o vice-presidente Antônio Hamilton Martins Mourão, general do Exército (ambos da reserva). Ao todo, o governo de Jair Bolsonaro conta com 22 pastas ministeriais - número que destoa das prévias administrações de Dilma Rousseff e Michel Temer, que terminaram seus mandatos com 31 e 29 pastas, respectivamente.

A estratégia de redução de ministérios, muito anunciada ao longo da campanha presidencial e justificada pelo preceito de enxugar a máquina pública em busca de mais eficiência, deu-se através da fusão de pastas semelhantes. Neste sentido, ministérios com funções similares foram agrupados, formando assim os superministérios<sup>26</sup>. São quatro Superministérios: o da Justiça e Segurança Pública, sob o comando de Sérgio Moro (sem partido); o da Economia, dirigido por Paulo Guedes (sem partido); o da Cidadania, coordenado por Osmar Terra (MDB); e o do Desenvolvimento Regional, conduzido por Gustavo Canuto (sem partidos). A centralização dos ministérios pode ser interpretada, para além das justificativas oficiais do governo, como uma escolha ideologicamente direcionada e que atende a propósitos políticos específicos – uma vez que extingue certas funções da ossada do governo, ou subordina pautas consideradas secundárias a um comando geral. Ao todo, Bolsonaro determinou, para o início de sua administração, 22 ministérios.

Tabela 2: O quadro ministerial do governo Bolsonaro.

MINISTÉRIO	MINISTRO	FILIAÇÃO
Justiça e Segurança Pública	Sérgio Moro	Sem partido
Economia	Paulo Guedes	Sem partido
Cidadania	Osmar Terra	MDB
Desenvolvimento Regional	Gustavo Canuto	Sem partido
Meio Ambiente	Ricardo Salles	Novo
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Tereza Cristina	DEM

<sup>26</sup> Denominação adotada pela grande mídia.

Mulher, Família e Direitos Humanos	Dameres Alves	Sem partido
Advocacia Geral da União	André Luiz de Almeida Mendonça	Sem partido
Casa Civil	Onyx Lorenzoni	DEM
Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação	Marcos Pontes	Aeronáutica
Controladoria Geral da União e Transparência	Wagner de Campos Rosário	Exército
Defesa	Fernando Azevedo e Silva	Exército
Educação	Abraham Weintraub	Sem partido
Gabinete de Segurança Institucional	Augusto Heleno Ribeiro	Exército
Infraestrutura	Tarcísio Gomes de Freitas	Exército
Minas e Energia	Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior	Marinha
Saúde	Luiz Henrique Mandetta	DEM
Secretaria Geral	Florian Peixoto Vieira Neto	Exército
Secretaria de Governo	Carlos Alberto dos Santos Cruz	Exército
Relações Exteriores	Ernesto Araújo	Sem partido
Banco Central	Roberto Campos Neto	Sem partido
Turismo	Marcelo Antônio	PSL

Fonte: elaboração da autora.

Das 22 pastas ministeriais, oito são ocupadas por militares. Com este número, as indicações de Bolsonaro superam a quantidade de ministros militares nos governos de Castelo Branco e Emílio Médici, ambos presidentes durante o regime de 1964<sup>27</sup>. Considerando presidência e vice-presidência, ministérios e cargos de segundo e terceiro escalões - como a assessoria da presidência e chefias de gabinete, diretorias e secretarias - ao todo, são 107 representantes das Forças Armadas na composição do governo Bolsonaro<sup>28</sup>.

Para Amorim Neto (2019), a nomeação de titulares militares para cargos importantes do segundo e terceiro escalões do governo deve ser interpretada como um indicativo do amplo poder que a corporação militar terá sob a administração de Bolsonaro. Na visão do autor, a distinção entre oficiais da ativa e da reserva pouco serve para justificar a presença militar no governo, uma vez que estes têm “visões de mundo e preferências semelhantes” (AMORIM NETO, 2019). Além disso, as Forças Armadas de maneira geral sempre se esforçaram para apresentar-se, perante a sociedade, como um grupo bastante coeso e unificado - o que ficou claro principalmente durante o processo de redemocratização pós-Golpe de 1964.

O autor compartilha da percepção de alguns analistas que temem a possibilidade de as Forças Armadas passarem a agir como um partido político, impondo interesses corporativos, ao mesmo tempo que concorda que os generais de hoje, diferentes ideologicamente dos que compunham o regime militar de 1964, podem se tornar um mecanismo moderador diante dos extremismos bolsonaristas. Ele acrescenta, entretanto, dois fatores que devem ser levados em consideração para entender a dinâmica do novo governo: o grau de controle dos militares pelos civis e a elaboração e orientação da política de defesa (AMORIM NETO, 2019).

A subordinação militar ao controle civil é, segundo Amorim Neto (2019), uma condição necessária para assegurar a manutenção do regime democrático. Para o autor, “não há democracia quando as Forças Armadas vetam decisões governamentais que não digam respeito à defesa nacional” (AMORIM NETO, 2019). Neste sentido, não é possível considerar que o Brasil está sob tutela militar, uma vez que não há interferência explícita de oficiais da ativa em

---

<sup>27</sup> Segundo levantamento feito pelo jornal O Estado de S. Paulo, Castelo Branco indicou cinco militares para cargos ministeriais durante sua gestão (1964-1967), que contava com um total de 16 ministérios. Já Emílio Médici, presidente entre 1969 e 1974, indicou militares para chefiar sete das 18 pastas ministeriais de seu governo. Fonte: Ministério terá mais militares do que em 1964. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 de dez. de 2018. Disponível em <<https://archive.is/ocmZo>>. Acesso em 18 de maio de 2019.

<sup>28</sup> Mapa dos militares: onde estão os representantes das Forças Armadas no governo Bolsonaro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 de mar. de 2019. Disponível em <<https://archive.is/OzDk5>>. Acesso em 07 de maio de 2019.

pastas que não a de defesa - porém existem riscos, uma vez que a presença militar em cargos do Executivo é, por si só, um fator que enfraquece o controle civil.

A composição do governo Bolsonaro significa, sem dúvidas, uma quebra com o processo de transição militar<sup>29</sup> pelo qual o Brasil passava concomitantemente à redemocratização, após o fim do regime militar. Tal transição é composta pelo combate a golpes de Estado, associado à remoção dos militares na política - de modo a limitá-los às questões de defesa nacional - e ao estabelecimento da supremacia civil<sup>30</sup>. No entendimento do Amorim Neto (2019), o Brasil esteve perto de alcançar a última etapa, mas isso foi interrompido com o resultado da eleição presidencial de 2018. Ainda é cedo, entretanto, para avaliar os efeitos que a alta presença militar no governo terá em termos de manter o distanciamento entre a instituição das Forças Armadas e a política.

De acordo com Amorim Neto (2019), o governo Bolsonaro é composto por oito grupos que tendem a divergir entre si.

Os grupos são os seguintes: (1) os filhos do presidente; (2) os militares; (3) os liberais liderados pelo Ministro da Economia Paulo Guedes; (4) a turma da lei e da ordem liderada pelo Ministro da Justiça Sérgio Moro; (5) os representantes ideológicos do bolsonarismo; (6) os políticos do tipo peso leve com assento no Palácio do Planalto e na Esplanada dos Ministérios; (7) a bancada congressual do PSL; e (8) o conjunto difuso de partidos e parlamentares que segue a liderança de Rodrigo Maia, o presidente da Câmara dos Deputados (AMORIM NETO, 2019).

Apesar de ainda não ser possível identificar o poder de cada grupo e a hierarquia que os divide, o autor avalia que os militares constituem o grupo mais coeso dentre todos.

Não há dúvida quanto à profunda complexidade do ambiente político que cerca o mandato de Bolsonaro, assim como é fato que é cedo demais para avaliá-lo plenamente. O que buscou-se fazer, nesta seção, foi analisar a composição ministerial do governo, para possibilitar um maior entendimento quanto à força política que os militares, enquanto ministros, terão junto à Presidência.

---

<sup>29</sup> Amorim Neto (2019) utiliza o conceito de transição militar estabelecido por Narcís Serra, ministro da defesa da Espanha entre 1982 e 1991.

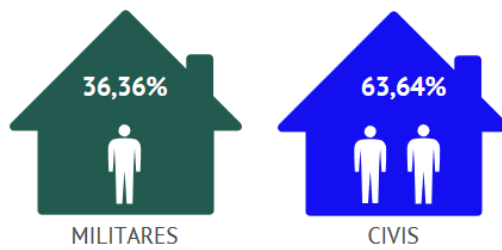
<sup>30</sup> Novamente, a ideia de supremacia civil utilizada advém do trabalho de Narcís Serra, e refere-se à capacidade do governo de comandar uma política geral livre de interferências militares, incluindo a política de defesa nacional.

Infográfico 1: Os militares de Bolsonaro.

## OS MILITARES DE BOLSONARO

Por: Bárbara Duwe Lima

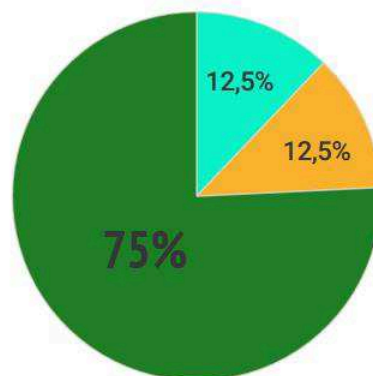
### MINISTÉRIOS



**MAIS DE 1/3**

DOS MINISTROS SÃO OFICIAIS DA  
RESERVA DAS FORÇAS ARMADAS

### SOBRE OS MINISTROS



- 1** É DA MARINHA
- 1** É DA AERONÁUTICA
- 6** SÃO DO EXÉRCITO

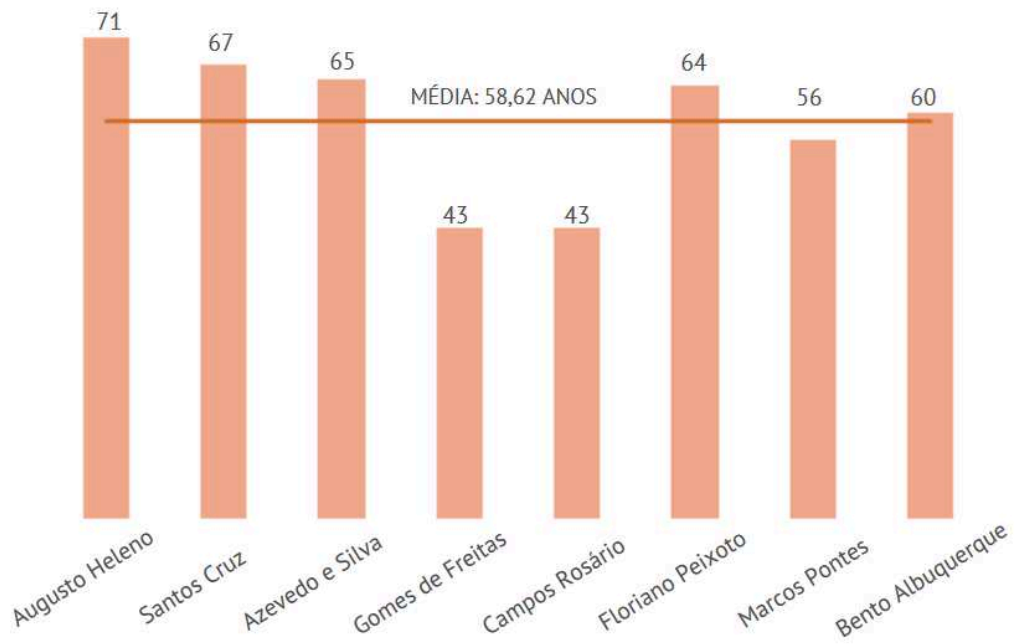
## PARTICIPAÇÃO EM MISSÕES DE PAZ DA ONU



● Haiti (Minustah) ● Congo (Monusco) ● Saraievo ● Nenhuma

\*UM DOS GENERAIS DO EXÉRCITO, CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ, ESTEVE PRESENTE NO HAITI E NO CONGO

## FAIXA ETÁRIA





A partir dos dados acima, é possível identificar alguns traços marcantes sobre o grupo de militares que cercam Bolsonaro. Inicialmente, fica claro que, apesar de os militares não serem o grupo dominante na composição ministerial, existe um número considerável (36,36%) de oficiais da reserva das Forças Armadas envolvidos hoje no comando de atividades do poder Executivo, de modo a extrapolar suas funções tradicionalmente vinculadas à segurança e defesa. O fato de que 75% destes militares vêm do Exército pode indicar que há, nas escolhas, uma busca por nomes com uma formação militar mais próxima dos ideais do Palácio do Planalto – uma vez que as cadeiras da Presidência e Vice-presidência são ocupadas por militares da reserva do Exército.

A aproximação entre os militares do governo também se dá na questão da faixa etária. Os ministros nasceram entre 1948 e 1976, e boa parte deles obteve sua iniciação militar no período ditatorial, entre 1969 e 1976<sup>31</sup> - principalmente os oficiais da reserva do Exército. Dos 6, 4 estudaram na Academia Militar das Agulhas Negras no mesmo período que Bolsonaro e são amigos pessoais dele desde então. Fica evidente, portanto, que a maioria dos oficiais passaram por um processo de graduação similar, inseridos em um contexto relativamente próximo, principalmente em termos político-ideológicos e sociais.

Para além da formação profissional semelhante, é importante ressaltar também a trajetória trilhada pelos oficiais. Apesar de apresentarem caminhos distintos, existe um elemento que se repete para 75% dos ministros, referente ao envolvimento com missões de paz da ONU. Em termos de estudo acadêmico, ainda é incerto o caráter da influência que o engajamento internacional tem na carreira dos militares brasileiros, mas é visível que existe um efeito importante destas operações para a visão política e social das Forças Armadas atualmente.

### **3.3. Perfil ideológico dos ministros**

Como explicado no início deste capítulo, a presente seção tratará de analisar o perfil ideológicos dos ministros militares, a partir das categorias previamente mencionadas: intervencionismo, antiliberalismo, nacionalização da política, anti-representativismo e reformismo, concebidas por Carvalho (2005) para analisar o período de formação política dos militares após a Proclamação da República, em especial durante as primeiras décadas do século XX. Neste sentido, pretende-se avaliar em que medida os princípios ideológicos das correntes

---

<sup>31</sup> Augusto Heleno, Carlos Alberto Santos Cruz, Floriano Peixoto, Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior e Fernando Azevedo e Silva se formaram no período ditatorial. Tarcísio Gomes de Freitas, Wagner de Campos Rosário e Marcos Pontes finalizaram sua formação já no período de restituição democrática, nos anos 1990.

políticas identificadas pelo autor continuam a orientar a conduta dos militares que participam do governo atual.

### 3.3.1. Intervencionismo

Esta categoria será entendida a partir das três frentes estabelecidas por Carvalho (2005): intervencionismo reformista, não-intervencionismo e intervencionismo moderador. Em termos gerais, no que tange à questão militar, o princípio que domina o cenário político desde a redemocratização é a não-intervenção - o que fica claro na fala dos ministros em entrevistas ou discursos oficiais. Entretanto, apesar de não haver nenhuma sugestão direta de intervenção militar de qualquer natureza, é possível identificar alguns elementos característicos do intervencionismo militar, responsáveis por impulsionar tais movimentos ao longo do século XX.

Dentre os oito ministros militares de Bolsonaro, a figura que mais ilustra a mistura de princípios intervencionistas e não-intervencionistas é o general Augusto Heleno. Responsável pelo comando do GSI, ele é um dos ministros que mais concede entrevistas, respondendo questões complexas sobre diversas áreas do governo. Apelidado de “conselheiro do presidente” pela grande mídia<sup>32</sup>, isso se dá provavelmente por causa de sua vasta experiência profissional, bem como de sua aproximação pessoal com o presidente Bolsonaro.

Em entrevista concedida ao canal Globo News, no dia 02 de janeiro de 2019, o general tratou de diversos assuntos polêmicos com desenvoltura. Quando questionado a respeito da proposta apresentada por Wilson Witzel, governador eleito do Rio de Janeiro, para que atiradores de elite das Forças Armadas fossem utilizados para abater criminosos nas favelas cariocas<sup>33</sup>, o general explicou a origem militar que embasa esta possibilidade. Por se tratar da situação de Intervenção Federal no Rio de Janeiro, Heleno utilizou como argumento o capítulo 7 da regulamentação da ONU sobre missões de paz:

No capítulo 7 é bem claro o seguinte: o indivíduo que estiver realizando uma ação que possa ter consequências trágicas - ou seja, eu estou ameaçando a vida de alguém, eu

---

<sup>32</sup> Conselheiro de Bolsonaro, general Heleno vai enfrentar uma nova guerra. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 de dez. de 2018. Disponível em <<https://archive.is/gRYrr>>. Acesso em 25 de maio de 2019.

<sup>33</sup> Witzel quer usar snipers para abater criminosos com fuzis em favelas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 de out. de 2018. Disponível em <<https://archive.is/VxLSu>>. Acesso em 02 de abr. de 2019.

estou incorrendo numa prática que está colocando em risco a vida das pessoas, ele pode ser alvo sem que ele tenha já realizado a sua ação (HELENO, 2019).

Sem entrar no mérito de avaliar a proposta defendida, é importante ressaltar a comoção que o ministro demonstra em relação à situação do Rio, que ele descreve como “extrema e péssima”.

Sujeito anda armado de fuzil na garupa de uma moto e tá tudo muito bem, não acontece nada. Ora, se esse sujeito estiver numa situação que eu tenha certeza que eu atirando nele eu não vou acertar ninguém, nenhum efeito colateral, é mais do que justo que ele seja tirado de cena, porque ele vai causar a morte de um inocente. [...] Isso é um princípio de dissuasão, não vai acontecer isso seguidamente. Se houver ali alguns exemplos, nós temos praticamente certeza que o sujeito vai parar duas vezes pra pensar se vai sair armado de fuzil na rua (HELENO, 2019).

Helena explica, ainda, que o problema é resultado de concessões feitas por governos prévios, “[...] uma defesa equivocada de Direitos Humanos que foi levando a esse extremo que nós temos hoje no Rio de Janeiro, gente sambando, debochando da força legal”. Aqui, o general parece sugerir que a escalada da violência na cidade nos últimos anos pode ser atribuída à promoção dos Direitos Humanos, que ele considera ter sido feita de forma equivocada uma vez que impôs limitações à atuação da força policial. Tratando da mesma temática em entrevista ao Antagonista, no início de 2018, Helena demonstrou sua preocupação com o fato de que “uma deturpação ideológica” na noção de Direitos Humanos beneficiou “humanos que não são direitos” e fez com que “o bandido apareça como pobrezinho que foi vítima da sociedade”. De acordo com definição retirada do site oficial das Nações Unidas, “os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição”<sup>34</sup>. É possível concluir, portanto, que o general não compreende de fato a aplicabilidade adequada de políticas de Direitos Humanos – principalmente em situações conduzidas pela força policial – ao sugerir que existem pessoas que não merecem ser beneficiadas por tais políticas.

De maneira geral, é possível interpretar no depoimento de Helena um desejo por maior flexibilidade e capacidade de ação militar ofensiva, vinda de um entendimento forjado dentro das próprias Forças Armadas. A vontade de corrigir um padrão de comportamento social muito se alinha ao ideal intervencionista defendido pelos generais Bertholdo Klinger e Góes Monteiro

---

<sup>34</sup> O que são direitos humanos?. **Nações Unidas Brasil**, [s/d]. Disponível em <<https://archive.is/f4Pgg>>. Acesso em 11 de jul. de 2019.

no início do século XX, que propõe ao Exército a função de aparelhar-se para conservar e garantir estabilidade aos elementos que constituem a sociedade. De maneira geral, não se trata de um princípio intervencionista que rompa com a relação de subordinação entre as Forças Armadas e o presidente da República.

Percebe-se, entretanto, uma diferença muito importante entre as proposições do intervencionismo moderador, conforme apresentado por Carvalho (2005), e do ministro do GSI. Se, para o primeiro, o Exército deve ser uma instituição detentora de uma política própria e elaborada por seus membros internos, para Heleno o Estado deve reconhecer o momento excepcional vivido pelo país e elaborar novas políticas que permitam um maior escopo de ação aos militares. Neste sentido, ele não ignora o papel dos poderes Legislativo e Judiciário, mas exalta que estes devem ampliar o poder de intervenção social das Forças Armadas. A situação excepcional à qual Heleno se refere está presente também em declarações de outros ministros, que reconhecem, no momento atual do país, ameaças à democracia - como a corrupção, a falta de valores morais e o crime organizado.

A retórica de crise que conduz as falas dos ministros militares, de modo geral, é marcada pela contradição entre a preocupação com a defesa da democracia e as constantes propostas de aumento do poderio militar, em nome de tal defesa, que implicam em uma quebra no rito democrático. Um exemplo concreto de medida que visa ampliar o nível de autonomia operacional militar é o projeto de alteração da lei de excludentes de ilicitude<sup>35</sup>. Sobre a proposta, Heleno alerta:

É uma medida de exceção, dentro do contexto da democracia. Não vai ferir em nada a democracia. Porque nós estamos lutando pra que a democracia se perenize no país, porque senão nós vamos virar um narco-país. Daqui a pouco não vai mais ter democracia, quem vai ditar as leis no país são os donos do crime organizado (HELENO, 2018).

---

<sup>35</sup> Excludentes de ilicitude são medidas, previstas no artigo 23 do Código Penal brasileiro, que sustentam e justificam eventuais descumprimentos da lei. Basicamente, elas permitem que um indivíduo pratique um ato que é considerado crime, sem obtenção de pena. As excludentes, atualmente, são: o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito. Durante o período de campanha eleitoral, Jair Bolsonaro apresentou propostas de alteração a esta lei, de modo a fornecer mais garantias e proteção à categoria de policiais e outros agentes de segurança. Fonte: Entenda o que é a excludente de ilicitude, que Bolsonaro quer mudar, Correio Braziliense, 13 de novembro de 2018. Disponível em <<https://archive.is/1WdKh>>, acesso em 04 de abril de 2019.

O general Fernando Azevedo e Silva, ministro da Defesa, compartilha da mesma percepção, também sustentando-se em sua atuação na Minustah, e comparando-a à operação de intervenção realizada na Favela da Maré (RJ). Em entrevista ao jornalista Roberto D'Ávila, em 10 de fevereiro de 2019, ele conta:

Eu tinha uma flexibilidade de atuação maior do que eu tive quando, por exemplo, quando fui um dos responsáveis como comandante militar do Leste na intervenção da Maré. Então eu tinha um poder, uma proteção jurídica melhor pra entrar pra resolver. Então eu acho que tem que estudar esses mecanismos, sim (AZEVEDO E SILVA, 2019).

Além do desejo por mais poder de decisão em suas operações, em diversos momentos, os ministros demonstram certo ressentimento em relação ao distanciamento entre os militares e o Poder Executivo, desde o fim do Regime Militar de 1964. Augusto Heleno, quando questionado a respeito da presença de muitos militares em ministérios e no primeiro escalão do governo Bolsonaro, aponta que durante muito tempo o Brasil não foi receptivo com seus militares e, ao fazê-lo, deixou de aproveitar a experiência e o investimento colocado na formação dos mesmos.

Eu, por exemplo, estudei 20 anos. Dentro dos meus 45 de serviço, 20 anos eu passei estudando. E isso foi pago com dinheiro público. Estudando, conhecendo o Brasil, estudando estratégia, estudando problemas brasileiros, buscando soluções (quando eu era comandante) pra alguns desses problemas. Então, não aproveitar esse investimento, era uma grande incoerência (HELENO, 2019).

O mesmo ressentimento já estava presente na fala de Heleno em entrevista ao portal O Antagonista, no início de 2018, para tratar do decreto que firmou a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. O general criticou duramente a declaração feita pelo então ministro da Defesa, Raul Jungmann, que instituiu que o Exército não teria poder de polícia durante a operação.

E essa declaração [...] de que o Exército não teria poder de polícia, eu me assustei. Vem cá, o Exército, que tá sendo empregado de uma forma diferente, sendo colocado numa situação de protagonismo, o Exército antes - é até um termo que eu não gostava, sempre critiquei - o Exército ia apoiar as ações da polícia. Isso foge a toda a doutrina de emprego do Exército. A polícia é a força auxiliar, então o Exército apoiar a polícia é uma coisa que sempre nos chocou. Aí o Exército vai assumir o protagonismo nas operações e não tem poder de polícia? Então como é que vai funcionar? Né? Não dá, pô, se vai jogar futebol e não pode tocar na bola? (HELENO, 2018).

O ministro Azevedo e Silva reproduz o desejo por mais valorização das forças ao abordar a questão do orçamento destinado à instituição pelo poder Executivo:

A gente merece, por dever, ter umas Forças Armadas condizentes com a estatura política e estratégica do Brasil. 1.4% do PIB nosso não é pouco, mas também não é razoável. Eu creio que uma média de 2%, pela pujança do Brasil e pelas Forças Armadas que o Brasil merece, seria mais apropriado (AZEVEDO E SILVA, 2019).

O general considera que, apesar do momento de dificuldades financeiras e ajuste fiscal que o país enfrenta, é preciso reconhecer a relevância que a instituição militar tem em termos de segurança pública, participação social e participação humanitária.

A preocupação de Heleno com o Sistema de Inteligência, elemento constituinte de seu Gabinete, é outra manifestação relacionada com a ausência de militares no poder Executivo. Sobre o desmonte do GSI, em 2015, o general revelou: “A construção desse sistema levou muito tempo. O general Félix trabalhou muito nisso, o general Fernando Cardoso trabalhou muito, o general Elito trabalhou muito, de repente a Presidente decidiu extinguir o GSI. Então de um momento pra outro, a cabeça do SI foi desmontada”. O ministro justifica sua apreensão com o abalo do sistema de inteligência ao revelar que o considera como fator “indispensável à vida de qualquer país organizado”. Em seu discurso de posse, Heleno desqualificou a administração de Dilma Rousseff, alegando que ela “derreteu” o sistema porque “não acreditava na inteligência”. Em outra ocasião, quando perguntado sobre as informações que faltaram durante o período de desmonte do GSI, ele respondeu, contundente: “Eu acho que é tanta coisa que o governo caiu”.

Esta postura evidencia a presença de um elemento muito característico do intervencionismo reformista, uma vez que sinaliza o desejo por maior reconhecimento da importância e das capacidades das Forças Armadas, visando uma afirmação militar significativa frente à marginalidade imposta à instituição. Neste sentido, Heleno aponta o que ele chama de “efeito Bolsonaro” como algo fundamental para elevar os militares a novas posições. Além disso, Heleno e o tenentismo de Juarez Távora se assemelham ao criticar a visão dicotômica que divide civis e militares. A mesma premissa que propõe à sociedade assimilar que as Forças Armadas são parte integrante do povo está presente no discurso de Heleno quando ele declara: “Eu não gosto da palavra ‘sociedade civil’ e ‘sociedade militar’. Eu acho isso aí uma incoerência total, não existe isso. Tem sociólogos que justificam isso aí, mas isso não existe. Nós somos cidadãos brasileiros comuns.”

Apesar das aproximações com a linha de argumentação de movimentos intervencionistas, o general garantiu:

As três forças - Marinha, Exército e Força Aérea - elas não estão envolvidas politicamente em nada. Elas continuam a ter o papel que vem tendo desde 1985. Estão lá pra resolver os problemas da área militar - quando forem convocadas constitucionalmente, fazer o melhor possível pra cumprir a sua missão, e não querem nenhuma participação política no Brasil. Vão continuar a ter a discricção e a participação absolutamente constitucional que vêm tendo até agora. Esse foi o ensinamento que nós tivemos e isso hoje é inegociável (HELENO, 2019).

Em outro momento da entrevista à Globo News, quando perguntado sobre o Estado Democrático de Direito, Heleno reafirmou que, apesar de precisar de modificações, a Constituição segue sendo o instrumento que orienta o governo Bolsonaro, e que não serão considerados quaisquer outros caminhos que não a democracia e a Constituição. Da mesma forma, em declaração feita à rádio Jovem Pan, em 29 de outubro de 2018, Heleno garantiu que os militares continuarão apartidários, apolíticos e fazendo sua tarefa constitucional.

Azevedo e Silva, quando questionado sobre a possibilidade de politização dos quartéis, agora que os militares estão muito mais envolvidos no cenário político, também pontuou enfaticamente o limite entre a farda e o Palácio do Planalto, garantindo que os militares fardados irão se manter dentro do quartel.

Eu não tenho essa preocupação, eu não tenho. Os soldados continuam fazendo coisas de soldados, estão dentro do quartel. [...] eu acho que estão muito disciplinados, estão muito coesos, nunca estiveram tanto. É uma geração de militares voltados pra sua atividade fim - a democracia é isso aí, a Constituição é isso aí (AZEVEDO E SILVA, 2019).

Da mesma forma, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ministro da Secretaria de Governo, indicou em entrevista ao Poder360, em dezembro de 2018, que não vê nenhum risco de ruptura institucional por parte dos militares, uma vez que todas as instituições estão funcionando normalmente.

É possível concluir, portanto, que alguns dos princípios que motivaram ideais intervencionistas dentro da corporação militar em diferentes momentos históricos do século XX ainda se fazem presentes na percepção dos militares que chefiam ministérios na administração de Bolsonaro. Entretanto, é possível observar que existe entre os oficiais a necessidade de garantir que não haverá qualquer intervenção, por parte das Forças Armadas, fora do previsto

na Constituição<sup>36</sup>. Apesar da ênfase no distanciamento entre o quartel e o Palácio do Planalto, não há dúvidas de que a presença de militares no Executivo é simbólica e traz consigo características muito próprias deste grupo social, que parece disposto a buscar mais espaço na política - mesmo que por vias democráticas.

### 3.3.2. Antiliberalismo

Na concepção apresentada por Carvalho (2005), o antiliberalismo presente no movimento tenentista referia-se ao aspecto econômico, no sentido de defender o papel do Estado em detrimento do mercado. A tendência geral dos ministros, apesar de demarcar a importância de salvamento do Estado brasileiro (que eles consideram estar desgastado pela corrupção e pela ineficiência), é de abertura total ao capital privado e ao capital estrangeiro. O liberalismo econômico, nestes termos, é dominante nas falas principalmente dos ministros da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes.

À frente de um dos ministérios de maior destaque no primeiro semestre de governo, Gomes de Freitas cumpriu a meta estabelecida no início de 2019 e efetivou 23 leilões de aeroportos, ferrovias e portos em 100 dias de governo<sup>37</sup>. Desde o princípio, a intenção do ministro era de transferir o máximo de ativos para o setor privado, de forma a otimizar investimentos públicos. Em seu discurso de posse, durante a cerimônia de transmissão de cargo, em 02 de janeiro de 2019, ele colocou a parceria com o setor privado como o foco principal de sua pasta, que ele entende como extremamente dependente do mesmo. Na ocasião, logo no início de sua fala, ele pontuou: “A gente tem visto uma iniciativa privada cada vez mais atuante, cada vez mais presente e são as forças vivas que tem que levar a nação, que tem que levar o país. Portanto, o protagonismo da iniciativa privada é fundamental”. Percebe-se, portanto, que sua postura inicial é justamente o inverso do princípio do antiliberalismo, uma vez que ele coloca o protagonismo do mercado acima das funções estatais, no que tange às questões de infraestrutura.

Um fator importante pra explicar sua postura fica evidente quando ele ressalta o desejo de estreitar os laços entre seu ministério e a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de

---

<sup>36</sup> No Rio de Janeiro, houve uma intervenção federal, por iniciativa do Poder Executivo – o que é constitucional.

<sup>37</sup> Ministério da Infraestrutura cumpre meta de realizar 23 concessões nos 100 primeiros dias de governo. **Ministério da Infraestrutura**, 11 de abr. de 2019. Disponível em <<https://archive.is/A127a>>. Acesso em 27 de maio de 2019.



Investimentos (PPI)<sup>38</sup>, que esteve sob seu comando durante o governo Temer. Mesmo ao tratar da questão das agências reguladoras, que envolve uma intenção de rearranjo funcional e possíveis fusões que as fortaleçam, o ministro menciona o dever de dialogar com a iniciativa privada antes de quaisquer mudanças que venham a se concretizar. Para a revista IstoÉ, logo após sua indicação ao ministério, o capitão firmou sua intenção de passar ao capital privado o máximo de ativos possível, começando por concessões na área de estradas e rodovias.

A posição inicial do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, também foi no sentido de criar caminhos e incentivos ao investimento privado como forma de fomentar a infraestrutura brasileira. Prova disso foi a promessa de que a continuidade do processo de capitalização da Eletrobrás seria uma prioridade do governo, feita durante a cerimônia de transmissão de cargo, em janeiro de 2019, e enfatizada diante de investidores estadunidenses em Washington, em março do mesmo ano. Contudo, a sugestão de que a capitalização ocorrerá nos mesmos moldes da Embraer<sup>39</sup> significou que o Estado brasileiro continuará sendo um acionista da empresa - além de levantar a possibilidade de acordos acerca de uma *golden share* para o mesmo. De certa forma, apesar de priorizar a venda de ações da Eletrobrás, Albuquerque colocou um limite às expectativas do mercado, que esperava que o governo venderia todas as ações da empresa, abrindo mão de seu controle.

Por outro lado, em entrevista ao grupo Reuters em Washington (EUA), o ministério de Minas e Energia admitiu que planeja mudar a legislação brasileira no que tange à mineração de minérios nucleares, de forma a permitir a presença do capital externo na extração de urânio. O desejo de expansão no setor minerador ficou evidente com o anúncio feito pelo ministro em evento no Canadá<sup>40</sup> (em 04 de março de 2019), que estipulou a abertura de terras indígenas para

---

<sup>38</sup> Criado em 2016 pela Lei nº 13.334, sob a administração de Michel Temer, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) tem como finalidade fomentar a interação entre a iniciativa privada e o Estado, através de contratos que promovam medidas de desestatização. Dentre os objetivos do programa, divulgados no site do mesmo, estão a ampliação de oportunidades de investimento e emprego; o estímulo ao desenvolvimento tecnológico e industrial; a expansão da infraestrutura pública de qualidade; a promoção da competição justa para as parcerias e prestação de serviços; a estabilidade e segurança jurídica dos contratos; e o fortalecimento do papel regulador do Estado e da autonomia das entidades estatais de regulação. Para mais informações sobre o PPI, acessar o portal do programa, em <[www.ppi.gov.br](http://www.ppi.gov.br)>.

<sup>39</sup> A Embraer, empresa aeroespacial brasileira, foi privatizada em 1994. Em um leilão, 55% de suas ações foram vendidas, porém a União seguiu tendo ações da empresa e, o mais importante, adquiriram uma *golden share* - ação especial que garante o poder de veto, diante de questões estratégicas.

<sup>40</sup> Em Toronto, o ministro participou de um dos maiores eventos globais de mineração, o Prospectors and Developers Association of Canada (PDAC). Fonte: Ministro anuncia abertura de terras indígenas para mineração a estrangeiros durante o Carnaval. **Revista Fórum**, 06 de mar. de 2019. Disponível em <<https://archive.is/Q2Dig>>. Acesso em 28 de maio de 2019.

empresas privadas de exploração de minério. De forma geral, prevalece o entendimento de que é preciso quebrar o monopólio do Estado, em favor da parceria com o investimento estrangeiro.

Considerados como indicações técnicas, fica claro que o posicionamento dos ministros Bento Albuquerque e Tarcísio Gomes Freitas não se aproxima muito da veia nacionalista e estatizante de boa parte dos militares, particularmente dos que emprestaram apoio ao projeto nacionalista do Tenentismo e de Vargas. Pelo contrário, eles se mostram mais alinhados às políticas neoliberais de Paulo Guedes - apesar de acreditarem que suas medidas devem ser consideradas estritamente técnicas, pois é o distanciamento da política que ajudará a evitar casos de corrupção. “Quando você tem um time totalmente técnico, está blindado contra as pressões políticas”, disse Gomes de Freitas à IstoÉ. Em consonância, o tenente-coronel Marcos Pontes, em discurso proferido à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCT)<sup>41</sup>, apresentou sua pasta da mesma forma que o ministro da Infraestrutura - ressaltando seu caráter técnico em detrimento da prática política.

Um ministério técnico como o nosso - né, eu sei que a gente tá aqui numa casa de político, mas o nosso ministério é técnico. Eu não penso muito em política. Eu gosto de vir aqui, conversar com as pessoas, explicar o que a gente tá fazendo, a política é importante nesse sentido, mas ali a gente trabalha com a parte técnica. É usar a ciência e a tecnologia pra poder ajudar a população (PONTES, 2019).

No comando do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Pontes destacou a importância dos investimentos em ciência e tecnologia, motivo pelo qual sua equipe tem trabalhado em favor do setor privado - de modo a valorizar a necessidade de lucro e inovação das empresas, criando um ambiente favorável ao negócio. A abertura se estende à Base de Alcântara (MA), cujas instalações passaram a ser ofertadas pelo ministro à iniciativa privada. Em entrevista coletiva durante o MWC 2019<sup>42</sup>, o ministro divulgou planos para tornar Alcântara uma “base espacial de aluguel”, ideia que se concretizou parcialmente após a assinatura do acordo de salvaguarda tecnológica que permitiu ao governo de Trump (EUA) o uso comercial da Base de Alcântara<sup>43</sup>. Na concepção de Pontes, “a soberania

---

<sup>41</sup> O ministro foi convidado para uma Reunião de Comparecimento de Ministro, que ocorreu na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCT), na Câmara dos Deputados, em 08 de maio de 2019.

<sup>42</sup> Considerado um dos maiores eventos da indústria de mobilidade do mundo, o Mobile World Congress (MWC) 2019 aconteceu em Barcelona, entre 25 e 28 de fevereiro. A feira tecnológica atraiu mais de 109 mil visitantes, vindos de 198 países. Fonte: MWC Highlights. **MWC Barcelona**, [s/d]. Disponível em <<https://archive.is/oIwIO>>. Acesso em 28 de maio de 2019.

<sup>43</sup> O acordo foi assinado por Marcos Pontes e Ernesto Araújo (ministro das Relações Exteriores), em 18 de março de 2019. Na ocasião, eles estavam em Washington, na companhia do presidente Bolsonaro. O documento, enviado para tramitação no Congresso Nacional em 24 de maio de 2019, permite que foguetes, satélites e mísseis

de maneira nenhuma é afetada. Isso é um tipo de acordo importante a ser feito e é feito em termos técnicos e não tem qualquer tipo de influência ou provocação à nossa soberania. Muito pelo contrário, vamos ganhar muito com isso”.

Por entender que o Brasil sempre teve deficiência de poupança e, portanto, sempre foi dependente do setor privado, Gomes de Freitas sinaliza disposição para negociar com qualquer país exportador de capital - mesmo países com os quais o presidente Bolsonaro declarou que não haveria abertura, como a China<sup>44</sup>. Em entrevista ao programa Roda Viva, do canal TV Cultura, em abril deste ano, o ministro da Infraestrutura declarou seu desejo de captar investimento externo para projetos nacionais, como forma de impulsionar o mercado no Brasil.

Dinheiro não tem carimbo, né, não tem selo... Dinheiro é dinheiro. A gente, naturalmente, tradicionalmente, sempre teve deficiência de poupança. Então nós precisamos recorrer aos países exportadores de capital. Quem são os países exportadores de capital? Todos. O mundo árabe é bem vindo? É bem vindo. Os fundos soberanos árabes, os fundos soberanos asiáticos, capital chinês (GOMES DE FREITAS, 2019).

Para além de melhorar a garantia de estabilidade regulatória e segurança jurídica nos contratos, o ministro destaca que o Brasil deve aproveitar as dificuldades no cenário internacional e corresponder ao desejo do capital estrangeiro.

Qual é a missão do Ministério da Infraestrutura? É botar projeto na praça. [...] E o que a gente sente do investidor? Muita vontade de vir. Tanto do investidor nacional quanto do investidor estrangeiro. Sobretudo o estrangeiro, porque ele não tá vendo outras opções no mundo, o mundo tá desacelerando. Então vir pro Brasil é uma excelente alternativa, porque nós temos mercado consumidor, nós temos escala, nós temos projetos que tão bem precificados - o que tá faltando? O gesto. A percepção que o Brasil vai ser solvente (GOMES DE FREITAS, 2019).

O gesto ao qual Gomes de Freitas se refere é a aprovação da reforma da previdência<sup>45</sup>. Em seu entendimento, a adoção de uma nova previdência funcionaria como uma impulsão para

---

estadunidenses sejam lançados da Base de Alcântara. Devido à localização próxima à Linha do Equador, Alcântara é considerada uma das bases mais estratégicas do mundo. Para Pontes, o acordo não representa uma ameaça à soberania nacional, uma vez que o controle da base seguirá sob domínio brasileiro, de maneira integral. Fonte: Acordo com EUA sobre base de Alcântara não ameaça soberania nacional, diz ministro. **G1**, Brasília, 28 de mar. de 2019. Disponível em <<http://archive.is/vIqJj>>. Acesso em 28 de maio de 2019.

<sup>44</sup> Em diversos momentos ao longo da campanha eleitoral, Bolsonaro fez referência à China como uma ameaça e insinuou que o país está querendo “comprar o Brasil”. A maior divergência de Bolsonaro com os chineses está na aversão do presidente ao comunismo, sistema vigente na República Popular da China. Fonte: Discurso anti-China de Bolsonaro causa apreensão sobre negócios com o país. **UOL Eleições**, Brasília, 25 de out. de 2018. Disponível em <<http://archive.is/f2J5O>>. Acesso em 27 de maio de 2019.

<sup>45</sup> Bandeira levantada por todos os ministros à medida que o governo avança nas negociações, a aprovação da reforma da previdência é o foco principal da equipe de Bolsonaro neste primeiro semestre de mandato. A proposta,

a chegada do capital estrangeiro no país, capaz de tirar o país da crise e estabelecer um novo ciclo de crescimento econômico. Para o capitão, os esforços para aprovação da reforma no sistema previdenciário devem se estender também aos projetos de reforma das agências reguladoras, de modo a criar um ambiente cada vez mais favorável ao investidor de capital privado.

Para o general Floriano Peixoto, a reforma da previdência também ocupa um local de destaque na agenda de governo, no sentido de abrir o Brasil para o capital estrangeiro. Em entrevista para a Rádio Jovem Pan, o ministro da Secretaria de Governo negou ter participado da redação da proposta, porém reiterou que uma eventual reprovação no Congresso poderá significar um entrave para os investimentos no Brasil, e conseqüentemente para o progresso econômico. Na ocasião, o ministro afirmou: “Nossa expectativa é levar à frente a reforma da previdência e defini-la, porque isso vai abrir as portas do Brasil para o exterior. [...] Se não fizermos a reforma da previdência, o Brasil em dois anos estará completamente estacionado e parado”.

Ainda que a tendência predominante seja a de entregar o máximo de funções estatais à iniciativa privada, existem alguns pontos específicos sobre os quais os militares destacam a importância do setor público. Marcos Pontes, por exemplo, preserva o entendimento de que é função do Estado fomentar a pesquisa, base da ciência e tecnologia no país. Na visão de Pontes, “mesmo no momento que a gente tiver com um investimento grande privado, não dá pra parar de investir o investimento público na pesquisa básica”.

O ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, demonstra uma posição similar quanto à manutenção da presença estatal, no que tange à privatização da Embraer. Apesar de considerar que o acordo chegou a um bom negócio comercial com a Boeing, que ficou com 80% das ações, o general demonstrou cautela no que se refere ao acesso das Forças Armadas a questões estratégicas da empresa, diretamente relacionadas com segurança e defesa. Apenas diante da

---

colocada como essencial para recuperar as contas públicas do país, foi desde seu início considerada por muitos como impopular. A reforma propõe mudanças como o fim da possibilidade de aposentadoria apenas por anos de contribuição, estabelecendo idade mínima, para todos os setores, de 65 anos para homens e 62 para mulheres. Além disso, aumenta a idade mínima para setores com legislação específica, como o dos trabalhadores rurais, professores, agentes de segurança, etc. Fonte: Reforma da Previdência: como fica a aposentadoria com proposta de Bolsonaro. **EL PAÍS Brasil**, São Paulo, 20 de fev. de 2019. Disponível em <<http://archive.is/Mnfrj>>. Acesso em 27 de maio de 2019.

garantia do *golden share*, neste sentido, Azevedo e Silva acredita que a venda das ações trará resultados positivos à empresa e ao setor de defesa no Brasil.

Apesar de indicar um viés liberal ao tratar da questão da privatização da Eletrobrás - em consonância com o posicionamento do Ministro da Economia, Paulo Guedes, e do Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque - Augusto Heleno possui uma postura mais nacionalista do que os outros ministros, principalmente no que tange à presença de investimento estrangeiro no país. O receio quanto à demarcação de terras e à autonomia garantida pela Declaração dos Povos Indígenas - a qual ele chama de “documento de lesa-pátria” - está relacionada com a possibilidade de que haja, em algum momento, uma tentativa de povos indígenas, como o Yanomami, solicitarem reconhecimento de independência junto à ONU. “Se amanhã, uma ONG dessas internacional resolver abraçar a causa de que o Yanomami deve ser independente, cria uma bandeira, cria um hino, já tem um território, vai na ONU e pede reconhecimento da independência. Você perde um pedaço do Brasil”.

É difícil determinar se a visão econômica liberal é uma tendência disseminada entre as Forças Armadas como um todo, ou se os ministros são uma exceção ao pensamento da corporação militar. De toda forma, são muito poucas as manifestações contrárias a este posicionamento – principalmente porque os militares, no geral, não costumam dar declarações públicas sobre temas não-relacionados a segurança e defesa, para evitar situações polêmicas.

### **3.3.3. Nacionalização da política**

O conceito desta categoria está pautado na concepção de que deve haver uma centralização política capaz de elevar o Estado enquanto núcleo articulador da sociedade, garantindo a ele mais poder do que os poderes estaduais e municipais. De modo geral, a defesa de Estado forte e ativo em todas as instâncias da política nacional era uma concordância central entre os militares da Primeira República, que apoiaram a centralização política promovida por Vargas nos anos 1930. Dada a proximidade entre esta categoria de análise e o antiliberalismo, e considerando a postura ministerial neoliberal ilustrada na seção anterior, é possível observar que a defesa da nacionalização da política surge, no discurso dos ministros, em situações pontuais, como forma de firmar um desejo de maior controle e força política – não só diante dos governos Estaduais, mas também em relação a outras instâncias, especialmente o Congresso Nacional.

Quando se trata da FUNAI e da política indigenista do Brasil, por exemplo, Augusto Heleno considera que “essa história de que a preservação das tradições, da cultura, daquelas histórias dos índios, do pajé, só acontecerão se esses índios estiverem protegidos pela FUNAI, isso é uma mentira porque a FUNAI não faz com que esse índio se sinta como um cidadão brasileiro”. Em sua concepção, as questões indígenas devem ser centralizadas ao comando do poder Executivo. Neste sentido, a preocupação com Direitos Humanos, geralmente alvo de crítica dos militares, neste caso mostra-se muito importante. Segundo o general, submeter a FUNAI ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é necessário, bem como a transferência da demarcação de terras para o Ministério da Agricultura, pois é um afronte aos Direitos Humanos que o Estado brasileiro aceite, sem interferências, que índios brasileiros vivam nas condições sob as quais vivem hoje.

Outro ponto sobre o qual o governo promove medidas próprias da nacionalização da política é a nomeação de cargos públicos. Em 15 de maio, o presidente Jair Bolsonaro assinou um decreto<sup>46</sup> delegando ao ministro da Secretaria de Governo, general Santos Cruz, o poder de decisão quanto à deferência ou não de indicações para cargos de 2º e 3º escalão, bem como para a dirigência máxima de instituições federais de ensino superior (reitoria, pró-reitorias e direção de centros de ensino, basicamente) e para funções governamentais desempenhadas no exterior. A avaliação do ministro, que será sistematizada por um banco eletrônico de indicações, contará com uma verificação da vida pregressa do nome indicado, a partir do banco de dados de órgãos governamentais como a Abin e a CGU. Além de avaliar indicações, Santos Cruz poderá exonerar reitores, se julgar necessário.

A polêmica decisão gerou muito debate entre a comunidade universitária, e entre as próprias reitorias, que se demonstraram preocupadas com a manutenção da autonomia das unidades federais de ensino, diante da possibilidade de interferência permitida pelo decreto<sup>47</sup>. Enquanto as procuradorias de institutos federais acusaram o decreto de ferir a autonomia das instituições, o ministro Santos Cruz alega não ter tido seus poderes aumentados, pois ele

---

<sup>46</sup> Publicado no Diário Oficial da União, o decreto nº 9.794 passará a valer em 25 de junho de 2019. Em seu texto, determina caber à Secretaria de Governo avaliar as indicações e “decidir pela conveniência e oportunidade administrativa quanto à liberação ou não das indicações submetidas para avaliação”. Fonte: Decreto de Bolsonaro tira autonomia de reitores de universidades para fazer nomeações. **Poder360**, 16 de maio de 2019. Disponível em <<http://archive.is/Dqvc3>>. Acesso em 30 de maio de 2019.

<sup>47</sup> Atualmente, a nomeação para o cargo de reitor acontece através de uma lista tríplice, elaborada após eleição interna da universidade e encaminhada ao Ministério da Educação. A escolha referente aos cargos de pró-reitorias e direções cabe unicamente ao reitor.

trabalhará apenas na coordenação das nomeações, garantindo que as indicações correspondem aos critérios colocados para cada vaga. De toda forma, a medida tomada pelo presidente garante à Secretaria de Governo maior controle político em relação à ocupação de cargos públicos, principalmente nas instituições federais de ensino público.

Outro aspecto importante acerca desta categoria analítica é a tendência bolsonarista de atrelar o problema da corrupção à estrutura do Estado e à administração dos governos do Partido dos Trabalhadores. Neste sentido, percebe-se a corrupção como uma prática dominante no funcionamento da máquina pública, por culpa dos governos petistas. O desejo de assumir a presidência da República e, ao mesmo tempo, se desatrelar da ideia de que a política brasileira é suja, pode ser um motivo que explique o projeto do governo no tocante ao funcionamento do Estado. Wagner de Campos Rosário, ministro da Controladoria Geral da União e Transparência, é a sustentação de campanha eleitoral bolsonarista que prometia ter como prioridade o combate à corrupção. O ministro, que é mestre em Combate à Corrupção e Estado de Direito pela Universidade de Salamanca e esteve à frente do Ministério da Transparência durante a administração de Temer, parece ter como pauta única de suas entrevistas e declarações públicas a tarefa de assegurar que o governo está tomando “medidas técnicas” capazes de monitorar a corrupção do poder público.

Em entrevista dada à TV BrasilGov, em 11 de fevereiro de 2019, o capitão do Exército explicou sua proposta de criar um sistema de integridade do governo, cuja função seria a de mapear todas as áreas do governo responsáveis por prevenir ou detectar casos de corrupção. “Então hoje nós temos muitos órgãos que atuam, mas atuam isoladamente. [...] Mas a gente vê que o governo não tem uma visão macro desse sistema. Então o que a gente vai tentar organizar é essa visão macro”. A pretensão de criar um órgão central para a identificação de lacunas no quadro estrutural do governo, ao mesmo tempo que centraliza esta atividade na CGU, passa a ideia de que este ministério, sozinho, será responsável por limpar um Estado que está completamente corrompido.

No geral, o nacionalismo político dos oficiais tenentistas do século XX não reverbera na classe militar que comanda ministérios no governo Bolsonaro. Para além de motivações econômicas próprias do neoliberalismo explicitado no item 3.3.2., o pretexto central de desmonte do Estado é a corrupção. O diagnóstico de que o Estado está completamente corrompido e o dever da gestão de Bolsonaro é resgatá-lo se repete na fala de todos os ministros

militares. Como solução, propõe-se o enxugamento da máquina estatal e a noção de que a equipe ministerial deve cumprir critérios e objetivos “técnicos” e “apolíticos”. Neste sentido, cabe ressaltar a diferença entre os grupos militares estudados por Carvalho (2005) e o militarismo bolsonarista no que se refere ao atual discurso de negação da política, que conduz as ações militares no Poder Executivo.

### 3.3.4. Anti-representativismo

A oposição à democracia representativa, característica do movimento tenentista, é marcada pela desconsideração em relação ao Congresso Nacional e as instâncias institucionais do Estado democrático de direito. A partir do entendimento que coloca como dever das Forças Armadas a interferência política, sempre que necessário, esta categoria é talvez uma das mais complexas, uma vez que está diretamente relacionada a tendências intervencionistas, ao passo que é marcada por vestígios do processo de redemocratização pós-1985. Em outras palavras, a argumentação utilizada para sustentar a importância da volta dos militares ao Palácio do Planalto, apesar de apresentar traços intervencionistas (ver item 3.3.1.), tem como ponto central a defesa da democracia. De modo geral, é possível identificar na fala dos ministros um cuidado muito grande para com a Constituição de 1988 e as instituições democráticas, associado a um ataque a correntes políticas de esquerda (especialmente o PT) pelas mazelas do país.

Questionado sobre a manutenção de princípios constitucionais do Estado Democrático de Direito, em janeiro de 2019, Augusto Heleno reiterou que o regime de Bolsonaro está comprometido com a Constituição de 88.

Nós mesmo, todos nós sabemos que há aspectos da Constituição que merecem ser modificados. Mas tem instrumentos legais pra fazer isso, né? E são esses instrumentos legais que, se necessários, vão ser utilizados. Nenhuma outra solução, fora da democracia e fora da Constituição, pode ser sequer aventada. Nós já chegamos à conclusão que este não é o caminho pra nenhum país do mundo (HELENO, 2019).

Diante de grandes investidores e mineradoras canadenses, no dia 4 de março de 2019, o ministro Bento Albuquerque declarou seu interesse em autorizar a mineração em áreas indígenas, pois ele considera que as restrições prejudicam o desenvolvimento das práticas de exploração de minério no país<sup>48</sup>. Contudo, em sua fala, ele garantiu: “Esse processo será conduzido em consulta próxima com todos os atores relevantes, tais como as populações

---

<sup>48</sup> Ministro de Minas e Energia diz que governo avalia autorizar mineração em terra indígena. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 de mar. de 2019. Disponível em <<http://archive.is/UwwM2>>. Acesso em 31 de maio de 2019.



indígenas, a sociedade organizada, as agências ambientais e, principalmente, o Congresso Nacional”. Fica claro, portanto, o cuidado que ambos os ministros têm ao assegurar que as Forças Armadas prezam pela democracia, de forma a romper a associação comumente feita entre militares e ditadura. Na mesma linha, discurso de posse do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, estabeleceu:

As ações das Forças Armadas serão pautadas pela Constituição Federal de 1988 e as Leis Infraconstitucionais, como sempre afirma o nosso presidente. Como organismo de Estado, as Forças devem atuar nas coisas de soldado, e cooperar com o poder civil onde forem demandadas, respeitadas as suas capacidades e competências (AZEVEDO E SILVA, 2019).

Em entrevista à Globo News, o general confessou que aposta na força das instituições democráticas para pacificar o Brasil. Em sua concepção, a solução para a pacificação do país, tendo em vista as discordâncias políticas que marcaram as eleições de 2018, é justamente a harmonia da relação institucional entre os presidentes da República, do STF, da Câmara dos Deputados e do Senado. “Eu acho que eles vão se convergir pra olhar pro Brasil daqui pra frente. O Brasil merece isso”.

No âmbito da Ciência e Tecnologia, o ministro Marcos Pontes também faz um forte apelo à parceria com o Congresso. Após ter R\$ 2,1 bilhões de seu orçamento cortado<sup>49</sup> no final do mês de março, o astronauta depende do legislativo para pôr em prática boa parte de seus projetos. Em 24 de abril, Pontes participou de audiência na CCT<sup>50</sup> e pediu ajuda: “peço encarecidamente ajuda, né, porque o Congresso, pensando em orçamentos pro ano que vem, etc, o Congresso é uma função essencial”. Também na CCT, em sessão especial, o ministro expôs a situação do MCTIC. Seu recado foi claro:

É importante que a gente mantenha o diálogo aberto. Então, eu tenho vindo aqui ao Congresso também, espero vir muitas outras vezes, pra falar sobre projetos específicos, porque é importante a gente informar e ter o feedback, e trabalhar juntos. [...] A gente realmente precisa dessa participação conjunta do legislativo junto com a gente (PONTES, 2019).

---

<sup>49</sup> O corte representa cerca de 42% das despesas de investimento do MCTIC. Fonte: Corte orçamentário de 42% em ciência e tecnologia preocupa entidades. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 de abr. de 2019. Disponível em <<http://archive.is/b5wH6>>. Acesso em 31 de maio de 2019.

<sup>50</sup> Ministro Marcos Pontes pede ajuda do Legislativo para incentivar a Ciência e Tecnologia. **Rádio Senado**, 24 de abr. de 2019. Disponível em <<http://archive.is/98Gul>>. Acesso em 31 de maio de 2019.

Dentre todas as pastas ministeriais conduzidas por militares, o MCTIC é o que mais depende da colaboração com o legislativo para tocar suas propostas. Contudo, o maior entrave entre o Executivo e o Congresso, até agora, é a aprovação da reforma da previdência - colocada pela equipe do governo como essencial para a prosperidade econômica do país. Em entrevista à Rádio Jovem Pan, logo após sua nomeação, o ministro Floriano Peixoto alertou o que a aprovação representa para o Brasil, em termos de crescimento. Aproximadamente dois meses depois, no dia 21 de maio, com a reforma ainda em tramitação no Congresso, o ministro da Secretaria-Geral aproveitou uma cerimônia religiosa realizada no Palácio do Planalto<sup>51</sup> para enviar um recado aos deputados. Na ocasião, o general clamou que os religiosos ali presentes rezassem para que os “irmãos do legislativo” votassem, de forma urgente, pautas importantes em tramitação no Congresso.

O embate com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), acerca da reforma previdenciária atingiu pontos críticos devido às negociações na redação da proposta. Os militares, preocupados com a possibilidade de perder as concessões de sua categoria, fizeram pedidos de reajuste que não foram bem aceitos por Maia, que declarou: “O problema é que estamos no fim da festa. O Brasil quebrou e eles (os militares) estão querendo entrar nesta festa no finalzinho”. A fala do deputado causou descontentamento nas Forças Armadas, o que levou Azevedo e Silva, ministro da Defesa, a retrucar: “Nos navios e submarinos; nas fronteiras, na Amazônia até os Pampas; e dentro de aeronaves e nos controladores cuidando do nosso espaço aéreo. Não temos tempo para estar no início e no final de festas”<sup>52</sup>. A tensão chegou ao seu ápice com o rompimento entre Maia e o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL), após uma discussão durante a reunião de líderes partidários, em 21 de maio<sup>53</sup>.

Evidentemente, a relação do governo com o Congresso é um motivo de preocupação para os militares. Por um lado, a dependência diante de cortes orçamentários e a reforma da previdência, de outro, a dificuldade de diálogo que se agrava cada vez mais e a intenção de

---

<sup>51</sup> A cerimônia católica tinha como objetivo o recebimento de uma imagem de Nossa Senhora, doada à Presidência pela Associação Aliança de Misericórdia. Na ocasião, o presidente Bolsonaro optou por não discursar, deixando esta função para o ministro Floriano Peixoto. A imagem da santa permaneceu no Palácio do Planalto, segundo a Secretaria de Comunicação. Fonte: Em evento religioso, ministro pede oração para o Congresso e STF. **Revista Exame**, Brasília, 21 de maio de 2019. Disponível em <<http://archive.is/jwDAA>>. Acesso em 31 de maio de 2019.

<sup>52</sup> ‘Não temos tempo para festas’, diz ministro da Defesa sobre declaração de Maia. **O Estado de S. Paulo**, 20 de mar. de 2019. Disponível em <<http://archive.is/DPIQo>>. Acesso em 31 de maio de 2019.

<sup>53</sup> Maia bate boca com líder do governo e diz que o excluiu de relações. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 21 de maio de 2019. Disponível em <<http://archive.is/Yu95Z>>. Acesso em 31 de maio de 2019.

implantar políticas que exigem o aval do poder legislativo. Entretanto, a suposta defesa da democracia por vezes se perde no desejo de ter mais poder de decisão e ação.

Em fevereiro de 2018, Augusto Heleno foi convidado ao jornal O Antagonista para falar sobre o decreto que instaurou a Intervenção Federal no Rio de Janeiro. Na ocasião, o ministro do GSI avisou que o sucesso da operação dependia de uma sustentação jurídica que garantisse aos interventores regras de engajamento similares às que ele tinha à sua disposição na missão de paz do Haiti. Para tanto, ele revelou: “Aí eu tenho apelado para o patriotismo do poder judiciário. Nós não estamos vivendo uma situação normal. [...] É preciso que o poder judiciário se tome de patriotismo e decida não criar situações desconfortáveis pra quem tá do lado da lei”.

O entrevistador, então, perguntou sobre a proposta de alteração dos excludentes de ilicitude, insinuando que esta poderia ser implementada com um decreto complementar, sem passar pelo Congresso Nacional. A resposta de Heleno foi enfática: “Não, nós vivemos numa democracia e nós não podemos criar brechas nessa democracia, então nós temos que fazer tudo legalmente, dentro do que está previsto no escopo da lei.” Mesmo assim, ainda respondendo à mesma pergunta, o general sugeriu uma medida que desconsidera o Congresso:

O próprio STF pode se reunir [...]. É uma medida de exceção, dentro do contexto da democracia. Não vai ferir em nada a democracia. Porque nós estamos lutando pra que a democracia se perenize no país [...]. Daqui a pouco não vai mais ter democracia, quem vai ditar as leis no país são os donos do crime organizado (HELENO, 2018).

Alegando uma preocupação com o futuro do Brasil, o general defende uma medida que viola a autonomia do poder Legislativo. Tal postura, que de maneira geral reverbera entre os outros militares, denuncia o caráter extremamente contraditório da preocupação dos militares para com a democracia. Ao pedir por medidas de exceção, os ministros desconsideram a dinâmica entre os três poderes e os trâmites legais estipulados na Constituição. Por conseguinte, sugerem propostas que representam uma ameaça direta ao andamento da democracia brasileira.

Apesar do posicionamento contraditório, a chegada no poder através do voto, associada aos anos de distanciamento político sentindo os reflexos da redemocratização, parece ter imposto aos militares um nível maior de cautela ao tratar dos pilares democráticos sob os quais a política brasileira se sustenta, hoje. Contudo, ainda há, na fala dos ministros, elementos que indicam a crença de que o país vive uma situação de exceção e, portanto, é necessário adotar políticas de exceção - que, na sua essência, significam um rompimento do rito democrático ao

desconsiderar a função do poder legislativo. De todo modo, por mais que a lógica do discurso seja parecida com a de 1964, no sentido da necessidade de medidas excepcionais promovidas pela classe militar, o discurso dos ministros tende a reiterar a defesa e preservação da democracia e o respeito ao Congresso Nacional - traços que destoam do anti-representativismo tenentista.

### 3.3.5. Reformismo

O reformismo talvez seja uma das categorias mais marcantes dos ministros militares. Pautada na noção de que o país clama por mudanças na política, na economia e na sociedade em geral, a tendência reformista dos ministros é muito próxima do grupo centrista do tenentismo, uma vez que propõe alterações moderadas que têm como intuito fomentar a ordem capitalista vigente. Se, no sentido econômico, a ideia de reforma tem um caráter neoliberal que coloca como prioridade a abertura ao mercado internacional, no sentido político e social as reformas propostas pelos militares trazem princípios bastante conservadores, sustentados no combate à corrupção e no resgate de valores morais que eles acreditam terem sido perdidos.

A presença forte do Estado enquanto regulador, dispensada em aspectos econômicos, é apontada por Augusto Heleno como essencial no que compete ao problema do “politicamente correto”. Questionado em entrevista sobre o discurso de posse do presidente Bolsonaro, no qual ele afirmou que livraria o Brasil do socialismo e do politicamente correto<sup>54</sup>, o Ministro do GSI explicou que, assim como o preconceito é terrível, “a provocação em cima do preconceito” não é produtiva e não leva a nada. “Esses limites, eles vão ser devidamente restabelecidos - houve um excesso de busca de justificar tudo como sendo politicamente correto, coisas que na verdade são politicamente incorretas, que não acrescentaram nada na sociedade”, disse o general.

A postura do ministro sugere a realização de reformas que resgatem premissas básicas do conservadorismo na sociedade. Para explicar sua teoria, na ocasião, Heleno citou o seguinte exemplo: “já vi acontecer, você vai num shopping, tem um casal, né? E eles resolvem dar um show de carícias e abraços e não sei o que, aquilo é politicamente correto, é politicamente incorreto, é uma provocação?”. Apesar de não colocar em palavras, o ministro parece se referir a casais homossexuais, alegando que nos últimos anos houve um excesso de permissividade em

---

<sup>54</sup> Bolsonaro: “O Brasil começa a se libertar do socialismo, e do politicamente correto”. **EL PAÍS Brasil**, Brasília, 02 de jan. de 2019. Disponível em: <<http://archive.is/r8Tho>>. Acesso em 02 de abril de 2019.

relação a coisas que na verdade são politicamente incorretas e “não acrescentaram nada na sociedade”.

Outro item levantado pelo general, ainda na questão do politicamente correto, é a noção de que existe, no sistema de ensino brasileiro, uma dominação ideológica que compromete a liberdade de expressão e a pluralidade de ideias. Heleno constata: “Eu tenho que ter direito de me expressar, de um lado ou do outro, tem que ser aceito pacificamente, tem que ser tratado como alguma coisa saudável, e não um lado tá certo e outro lado tá errado e não pode nem abrir a boca”. Fica claro que, na visão do ministro do GSI, está em curso no país uma espécie de censura que silencia alguns indivíduos em detrimento de outros - apesar de não haver muita clareza, por parte do militar, para explicar as situações nas quais isso acontece, de fato. De toda forma, ele reafirma: “Essas próprias pregações que são feitas nas escolas, nas universidades, que não se admite o outro lado - isso foi muitas vezes tachado como politicamente correto, é politicamente incorreto”.

De modo geral, Heleno critica políticas no campo social que ele considera excessivas e responsáveis por ultrapassar barreiras morais. É o exemplo dos Direitos Humanos, sobre os quais ele trata em entrevista para O Antagonista. Segundo o general, “a política de direitos humanos é altamente louvável, só que os contemplados pelos direitos humanos tem que ser os humanos direitos”. Logo, permitir que “humanos que não são direitos” se beneficiem com princípios de direitos humanos significa, para ele, deturpar o significado destes direitos. “É uma deturpação, e lógico que isso aí é ideológico, uma deturpação ideológica - e aí eu não vou nem tecer essas considerações de que lado que é - mas são ideológicas de fazer com que o bandido apareça como pobrezinho que foi vítima da sociedade”. Novamente deixando recados nas entrelinhas, o ministro do GSI insinua que as políticas dos governos de esquerda causaram uma inversão social que atingiu não só valores morais, mas também os princípios de justiça relacionados ao combate ao crime no Brasil.

O movimento de responsabilização da esquerda é uma tendência forte entre os militares. Durante o período de campanha, antes da eleição de Bolsonaro, o general Santos Cruz divulgou um vídeo, acompanhado de um texto, declarando seu apoio ao candidato militar<sup>55</sup>. O material,

---

<sup>55</sup> General Santos Cruz: como recuperar o Brasil de 18 anos de corrupção lulopetista. **Jornal Cidade Online**, 26 de nov. de 2018. Disponível em <<http://archive.is/VD8Fa>>. Acesso em 01 de jun. de 2019.

intitulado “Como recuperar o Brasil de 18 anos de corrupção lulopetista”, é contundente ao apontar os partidos de esquerda como os responsáveis por boa parte dos problemas do país.

Estamos às vésperas das eleições presidenciais. Essa eleição é uma esperança para o Brasil. O PT, o PCdoB, o presidiário Lula, o criminoso quadrilheiro José Dirceu e outros representam a ditadura, o fascismo, o nazismo, o racismo, o comunismo. Eles representam o que a humanidade já produziu de pior politicamente (SANTOS CRUZ, 2018).

Além disso, acusa o PT de mentir e manipular a população. “O Brasil tem a chance de mudar seu rumo com o FENÔMENO BOLSONARO [sic]. A disputa é entre a democracia e a liberdade representadas por Bolsonaro, e a corrupção e a ditadura de partido representadas por Haddad”. Passadas as eleições, ao comentar sobre declarações de Bolsonaro à respeito da redução no repasse de verbas publicitárias para alguns veículos de comunicação específicos<sup>56</sup>, Santos Cruz revelou acreditar que a administração petista foi responsável pela deformação ideológica de muitos veículos de comunicação, principalmente através da concessão de verbas como uma forma de obter apoio político. “Deformação da qualidade da informação, por tendência ideológica ou pra conseguir benefícios financeiros direto de fontes do governo, etc. Então isso deforma o princípio básico da comunicação, que é informar com transparência [...]”. Segundo o general, a população brasileira demanda mudanças, e por isso o relacionamento entre o governo e os meios de comunicação terá de se adaptar em função dos “novos tempos”.

Quando perguntado sobre a possibilidade de uma ação do governo no sentido de interferir nas linhas editoriais da imprensa, o ministro da Secretaria de Governo garantiu que, em nome do combate à corrupção, e pensando na promoção da transparência máxima, não deve haver qualquer restrição à imprensa. Ele constatou: “O pessoal tem que - mesmo a imprensa que às vezes contraria alguns valores da família brasileira, etc etc - ela tem que ser combatida por outra vertente da imprensa [...] e não por imposição de restrição”.

---

<sup>56</sup> Em ocasiões diversas, Bolsonaro ameaçou reduzir ou cortar o repasse de verbas publicitárias do governo para veículos de mídia específicos. Em dezembro de 2017, o então deputado federal foi filmado, em frente ao seu gabinete na Câmara, avisando que, se eleito, cortaria pela metade o orçamento direcionado ao jornal O Globo. Além disso, em outubro de 2018, em entrevista ao Jornal Nacional, o presidente fez duras críticas à Folha de S. Paulo e afirmou que imprensas com esse comportamento não receberiam quaisquer propagandas do governo federal. Fontes: Bolsonaro diz que, se eleito, irá cortar verba publicitária da Globo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 de dez. de 2017. Disponível em <<http://archive.is/tsvTl>>. Acesso em 01 de jun. de 2019. Presidente eleito, Jair Bolsonaro é entrevistado no Jornal Nacional. **G1**, 29 de out. de 2018. Disponível em <<http://archive.is/aO5uu>>. Acesso em 01 de jun. de 2019.

Sobre a questão da imprensa, é importante destacar o episódio no qual a Secretaria de Comunicação (Secom), sob comando de Santos Cruz, vetou uma campanha publicitária do Banco do Brasil (BB), sem justificativa específica<sup>57</sup>. A decisão causou muita polêmica gerou muitas críticas da opinião pública, que acusou o governo de censura. Como resposta, em aviso a todas as agências de publicidade vinculadas ao governo federal, a administração de Bolsonaro decidiu que todas as peças publicitárias devem passar pelo crivo da Secom<sup>58</sup>.

Sobre o episódio, em entrevista à Globo News, Santos Cruz afirmou que o comunicado foi enviado por um funcionário recém empossado, que não tinha experiência na função. Ele assegurou: “Eu fiz uma nota dizendo que não, o que a gente coordena lá são alguns princípios de comunicação. [...] minha parte não é de discutir o mérito da propaganda. É só a legalidade das coisas. E nós não pretendemos interferir no mérito da propaganda”. A situação, de maneira geral, indica que apesar de não existir, oficialmente, intenção de interferência por parte de Santos Cruz, o decreto ainda concede à Secom o poder de vetar propagandas que ela considere inapropriadas - mesmo sem justificativa.

Uma das práticas fundamentais da equipe de Bolsonaro, desde o período de campanha, é apresentar-se como uma opção de mudança diante da corrupção e da imoralidade dos governos anteriores. Bom exemplo deste princípio é a declaração de Floriano Peixoto à rádio Jovem Pan: “O nosso governo está pra combater as corrupções, pra combater as burocracias, e para focar o cidadão como objetivo principal de toda a atuação do governo”. Posto que a desonestidade e a corrupção, neste sentido, são vistas não só como um fenômeno da classe política, mas como um problema que se estendeu ao funcionamento da sociedade em geral, é possível dizer que a proposição principal de reforma colocada pelos ministros é solucionar os desvios que assolaram os valores morais da população brasileira.

Para Heleno, “nós fomos destruindo os valores da sociedade, deixando que esses valores fossem contaminados por pregações completamente fora daquilo que nós aprendemos”. Aqui,

---

<sup>57</sup> O vídeo trazia negras e negros, jovens tatuados, homens de cabelo comprido e mulheres de cabelo curto ou carecas, pessoas dançando em festas, etc. Com a duração de 30 segundos, a propaganda, que já estava circulando na TV aberta, causou tamanha comoção que, além de resultar na demissão do diretor de Comunicação e Marketing do banco, mobilizou o próprio presidente Bolsonaro, que levou suas reclamações para Rubem Novaes, presidente do BB. Em declaração à imprensa, Novaes revelou que ambos concordaram que a campanha deveria ser recolhida. Fonte: Bolsonaro veta campanha do Banco do Brasil marcada pela diversidade e diretor cai - veja o vídeo proibido. **O Globo**, 24 de abr. de 2019. Disponível em <<http://archive.is/1RBuu>>. Acesso em 01 de jun. de 2019.

<sup>58</sup> Após veto a comercial do Banco do Brasil, peças publicitárias de estatais vão passar por aprovação do Planalto. **O Globo**, Brasília, 26 de abr. de 2019. Disponível em <<http://archive.is/ckToP>>. Acesso em 01 de jun. de 2019.

cabe também destacar como propósito do governo a defesa da “família”, enquanto instituição social:

Na visão da população hoje, a classe política perdeu a vergonha. E isso se transmite diretamente pras gerações que tão assistindo isso. Criar um filho e convencê-lo que vale a pena ser honesto tá mais difícil do que em outras épocas, [...] são valores da sociedade que nós deixamos escapar por entre as mãos (HELENO, 2018).

A desconfiança da população em relação à política é um ponto levantado também pelo general Santos Cruz. Para ele, “O nosso problema não é de falta de recurso, o nosso problema é administrativo e moral, ele é mais complicado um pouco, ele não é só administrativo”. Na leitura do general, os brasileiros estão traumatizados com o quadro político atual, e o governo irá reverter esta situação invocando a “confiança na capacidade técnica”. Aqui, fica evidente a intenção de descolar a gestão de Bolsonaro do cenário político, reforçando o princípio de negação da política – na tentativa de utilizar aspectos técnicos para disfarçar o fato de que as escolhas de Bolsonaro para a composição de seu quadro ministerial foram motivadas pela busca de um perfil ideológico específico.

Neste sentido, uma das grandes batalhas que os militares se propõem a travar está relacionada com o que eles intitulam “ideologia”. Os ministros ignoram o significado da palavra<sup>59</sup> e a associam diretamente às correntes progressistas e de esquerda. Nesta concepção, entende-se a esquerda como inimiga dos interesses nacionais, e a ideologia como um interesse próprio da esquerda. O resultado disso é a apresentação dos militares como um grupo sem ideologia e que preserva os verdadeiros interesses nacionais. Uma medida que serve como comprovação dessa postura foi a série de demissões ocorridas já nos primeiros dias de governo. Na ocasião, entre os dias 03 e 10 de janeiro, 293 servidores comissionados da administração direta e indireta foram exonerados de diversos ministérios, dentre eles o da Infraestrutura, do capitão Gomes de Freitas, e a Secretaria de Governo, do general Santos Cruz<sup>60</sup>. O episódio, justificado pelo fato de que o presidente desejava montar uma equipe livre de funcionários com

---

<sup>59</sup> **I.de.o.lo.gi.a:** *sf.* 5. Maneira de pensar que caracteriza um indivíduo ou um grupo de pessoas, um governo ou partido etc. Fonte: **Dicionário Michaelis Online**. Disponível em <<http://archive.is/3bXSb>>. Acesso em 19 de jun. de 2019.

<sup>60</sup> As demissões causaram polêmica não só pela justificativa, mas pelo fato de que, entre os exonerados, poucos eram de fato filiados ao Partido dos Trabalhadores. Segundo levantamento feito pela Revista Piauí, dos 293 servidores, apenas 35 possuíam alguma filiação partidária e, destes, apenas três eram petistas. Fonte: “Despetização” de Onyx só tem 1% de petistas. **Revista Piauí**, 11 de jan. de 2019. Disponível em <<https://archive.is/cBi3a>>. Acesso em 11 de jul. de 2019.



“uma marca ideológica clara” foi apelidado pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, como “despetização”<sup>61</sup>.

A leitura de que a população brasileira clama por mudança parece ser um consenso entre os militares. Em seu discurso de posse, Gomes de Freitas foi ovacionado ao confessar:

Tenho a certeza de que o presidente Bolsonaro é um escolhido. Não só um escolhido pela população brasileira que hoje lhe outorgou essa condição pelo voto, que manifestou o seu desejo de mudança, mas é um escolhido de Deus, do contrário ele não teria escapado do atentado e ele vai ser o agente de transformação desse país, estou certo disso (GOMES DE FREITAS, 2019).

Segundo Santos Cruz, outro ponto importante a ser reformado no Brasil é a segurança pública e os efeitos que ela tem no povo. O ministro considera que a população deseja um país mais justo, no qual estejam garantidas as liberdades individuais. Em entrevista, o general argumentou:

O Brasil tá é no caminho de recuperar as liberdades individuais, porque você não tinha mais nem liberdade de andar na rua, né? [risos] Você tem que contratar segurança particular, todo mundo pro seu condomínio, pra sua casa, pro seu carro, comprar um carro blindado, não sei o quê... Então eu vejo o Brasil hoje com uma vontade de recuperar suas liberdades (SANTOS CRUZ, 2018).

Em suma, a grande reforma almejada pelos ministros militares é a recuperação do Estado brasileiro diante de um cenário de caos, corrupção e imoralidade que eles desenham em toda a sua argumentação. Para Azevedo e Silva, a própria presença de militares no Executivo já é uma transformação importante. Questionado se o governo de Bolsonaro era um governo militarizado, Azevedo e Silva pontuou: “É um governo eleito. E tem segmentos que compõem o Ministério. E tá aproveitando, e com sinais de mudanças. Ter militares de origem, militares da reserva, é uma mudança. É uma mudança. Agora, os militares fardados estão dentro do quartel, isso é importante”.

O desafio, no entanto, parece ser o de conquistar a confiança da população e convencê-la de que a participação das Forças Armadas no governo fará toda a diferença na luta contra a corrupção. Para tal, constrói-se a ideia de que a ausência de corrupção significa, necessariamente, a conservação da democracia. Tal ideia, associada à negação da política e da

---

<sup>61</sup> Para ‘despetizar’ governo, Casa Civil anuncia exoneração de servidores em cargo de confiança. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 02 de jan. de 2019. Disponível em <<https://archive.is/5q9LW>>. Acesso em 11 de jul. de 2019.

ideologia, é costurada pela apresentação dos militares como o grupo mais apto para conduzir todas as reformas que o Brasil precisa. O apelo de Augusto Heleno, neste sentido, é claro:

Tem que acreditar no seguinte: apesar de todo esse quadro negativo - por uma razão continuada de preservação [...] dos valores, preservação de determinados princípios de atuação, princípios da formação profissional - as nossas Forças Armadas não tão contaminadas. [...] São as instituições mais democráticas do país hoje (HELENO, 2018).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta monografia foi descrever e caracterizar o perfil ideológico dos militares que hoje são ministros do governo Bolsonaro, a partir de categorias estabelecidas por José Murilo de Carvalho para tratar da formação política dos militares ao longo das primeiras décadas do Brasil República. Além disso, fez-se uma reflexão acerca da presença massiva de militares na composição do quadro ministerial do governo atual, tendo como base a obra de Octavio Amorim Neto – estabelecendo, assim, uma reflexão inicial que pode contribuir para futuros estudos sobre o governo de Jair Bolsonaro.

Para tanto, o primeiro capítulo trouxe uma revisão histórica do período que sucedeu a proclamação da República no Brasil, sob a lente de Carvalho (2005), com o intuito de abordar o processo de formação política pelo qual os militares da época passaram. A partir disso, foi possível identificar alguns elementos marcantes para a construção ideológica das Forças Armadas no período – com destaque para a forma de recrutamento, que criava uma divisão de classe dentro da instituição e acirrava a disputa entre grupos com posicionamentos políticos divergentes. Neste ponto, fica claro que levou um tempo para que os oficiais das instituições militares, pertencentes à elite, conseguissem se ajustar no jogo democrático de forma a garantir seus interesses políticos, muitas vezes conflitantes com as demandas sociais advindas dos cadetes recrutados nas classes mais baixas da sociedade brasileira. É deste contexto de conflitos ideológicos internos, principalmente com o movimento do tenentismo nos anos 1920, que foram extraídas as categorias de análise utilizadas posteriormente no estudo: intervencionismo, antiliberalismo, nacionalismo político, anti-representativismo e reformismo.

Ainda no primeiro capítulo, o trabalho de D’Araujo (2010) foi essencial para retratar o momento de adaptação política pelo qual as Forças Armadas tiveram que passar, após o fim da ditadura militar de 1964. Tendo em vista que a redemocratização foi um processo cujas negociações se iniciaram cerca de uma década antes do fim do regime, é importante perceber que o afastamento político não foi uma decisão imposta aos militares, mas uma escolha que partiu de dentro da própria corporação e só foi possível graças à Lei da Anistia e à Constituição de 1988. Diante da certeza de que os crimes e violações de direitos humanos cometidos pelo regime não seriam investigados, juntamente com a manutenção do papel constitucional de garantia “da lei e da ordem”, os militares puderam usar o momento de recuo político para se recuperar do desgaste causado pelo regime e preservar sua imagem frente à opinião pública.

O principal reflexo do processo de redemocratização, em termos políticos, foi o divórcio entre as Forças Armadas e o Poder Executivo, ilustrado pela presença quase nula de militares em ministérios – apenas o Gabinete de Segurança Institucional seguiu sendo comandado por oficiais da reserva do Exército. Os mandatos de Lula e Dilma foram marcados pela relação conflituosa entre setores que defendiam a revisão da Lei de Anistia e a abertura de arquivos e setores que acreditavam que este assunto estava resolvido e o país deveria pensar no futuro. Entretanto, para além do debate público, é importante ressaltar que a ausência dos militares em cargos de primeiro e segundo escalões do governo não significou uma separação entre a instituição militar e o governo. Uma vez que este estudo não teve como objetivo explicar os motivos do retorno dos militares ao quadro ministerial do governo federal, a revisão do período pós-1985 foi de extrema importância para a compreensão do contexto que delimitou a relação civil-militar no século XXI.

O segundo capítulo se dedica a contemplar o objetivo geral do trabalho, abordando dois aspectos principais para a caracterização do governo: a composição do quadro ministerial e o perfil ideológico dos ministros militares.

Sobre a composição dos ministérios, são muitas as observações a serem reiteradas aqui. De início, cabe mencionar que o peso de 36,36% dos ministérios sob o comando de militares indica uma mudança de paradigma resultante da ideologia do governo, que amplia o poder da corporação militar na administração de Bolsonaro. Justifica-se, portanto, a preocupação de muitos analistas de que as Forças Armadas assumam papel similar ao de um partido político, no sentido de aproveitar sua influência política em nome de interesses da instituição. Ademais, observou-se que o atual governo é composto por grupos diversos, que defendem pautas diversas e, ao que se observa do andamento do mandato, tendem a discordar bastante entre si.

À respeito do grupo de ministros militares, é importante pontuar que as escolhas do presidente parecem ser motivadas pelo desejo de cercar-se de pessoas muito próximas dele, em termos não só ideológicos, mas também de trajetória militar. Dos oito ministros, seis pertencem à reserva do Exército e, assim como o presidente e o vice-presidente da República, todos os seis fizeram sua formação na Academia Militar das Agulhas Negras, no Rio de Janeiro – sendo que, destes, quatro já eram amigos próximos de Bolsonaro e o conheciam desde a década de 1970, quando se formaram. Além disso, há que se considerar o fato de que 75% dos ministros, ao longo de sua carreira militar, participaram de missões de paz das Nações Unidas – o que confere ao grupo um nível de alinhamento político muito mais sólido e coeso.

Em se tratando das categorias ideológicas às quais a monografia se propôs a analisar, foi possível concluir que, ainda que alguns elementos se mantenham presentes, os princípios políticos que regem os militares atualmente são diferentes dos princípios que guiavam os tenentistas do século XX.

A lógica de raciocínio que sustentou movimentos intervencionistas no passado está presente no discurso militar hoje, porém a regra que guia a argumentação é a defesa da democracia. Os militares mantêm a tendência de identificar inimigos pontuais que o Brasil precisa derrotar para crescer, juntamente com a noção de que o país vive um momento crítico cujo caráter emergencial pede por medidas excepcionais. O problema da corrupção é um dos elementos mais levantados pelos militares, não só como algo que deve ser superado, mas como uma doença que atingiu a classe política do país e a tornou indigna de confiança e incapaz de administrar o Brasil. Assim, é possível concluir que a percepção dos militares atualmente é muito semelhante à do início dos anos 1960, na medida em que os coloca como o grupo mais capacitado para enfrentar os problemas e ameaças que assolam o país. De toda forma, é importante reiterar que os militares do governo atual chegaram ao poder pela via democrática, através do voto popular – o que fomenta a argumentação em torno da defesa da democracia.

Um dos grandes aprendizados que o fim da ditadura parece ter deixado para os militares, imediatamente após a retomada da democracia em 1985, era o fato de que a população brasileira, à época, tinha a democracia como item indispensável para o desenvolvimento do país. Assim sendo, e principalmente devido ao histórico recente de envolvimento com um regime autoritário, era essencial aos militares que se mantivessem distantes do ambiente político e, de maneira alguma, cometessem atos que pudessem representar uma ameaça à redemocratização. Com o passar das décadas, diante da ausência de políticas públicas de memória no Brasil, tornou-se mais fácil aos oficiais das Forças Armadas que retornassem ao cenário político.

Após mais de três décadas de democracia, os militares retomam o poder através do voto popular. Dessa forma, em nome da preocupação com o respeito à democracia, os ministros do governo Bolsonaro reiteram seus status de “oficial da reserva”, e garantem que não haverá intervenção alguma por parte das Forças Armadas. Existe, em sua fala, um cuidado não só com as instituições democráticas, mas também com a Constituição de 1988 e o papel que esta delegou às Forças. Ainda assim, nos últimos anos, os militares parecem ter conquistado mais espaço para realizar declarações que, de certa forma, sugerem uma quebra no ritual democrático. O próprio processo eleitoral de Bolsonaro, marcado por manifestações populares

pedindo pela volta do regime militar, demonstrou que os militares têm tido cada vez mais possibilidade de relativizar a democracia em nome de convicções próprias da corporação. Tal relativização se sustenta principalmente no aumento do apoio da opinião pública. Segundo dados levantados pelo instituto Latinobarómetro, a democracia brasileira em 2009 contava com o apoio de 55% da população. 11 anos depois, um estudo do mesmo instituto revelou um declínio nos números: em 2018, apenas 34% dos brasileiros declaravam seu apoio à democracia.

A questão da democracia, que evidentemente possui grande relevância política para os representantes das Forças Armadas, tem também um peso muito importante no projeto militar para a economia. Em completa oposição aos ideais antiliberais do tenentismo, a equipe de ministros aposta nas privatizações e no capital estrangeiro como os pilares da solução para a crise econômica do país. Neste aspecto, é interessante observar que o histórico de engajamento internacional de 75% dos ministros pode ter sido muito importante para que eles assimilassem preceitos básicos da ordem mundial capitalista – dentre eles a abertura de mercado e a própria defesa da liberal-democracia. A necessidade da reforma da previdência, principal bandeira do liberalismo econômico do governo Bolsonaro, é uma concordância entre todos os ministros – apesar de existirem divergências quanto aos moldes da reforma.

O princípio de nacionalização da política, lado a lado com o antiliberalismo, não reverbera nos militares. Ele surge para os ministros apenas em pontos específicos, sob os quais eles desejam ter maior controle político. É o caso da submissão da FUNAI a Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, ou do decreto que coloca a nomeação de cargos públicos sob deferência do ministro da Secretaria de Governo. Ademais, a proposta militar é de enxugamento da máquina pública, que deve ser “técnica” e “apolítica”, em nome do combate à corrupção.

O discurso que impera entre os ministros é o de que o país vive um momento excepcional que pede por medidas de exceção – o que implica em sugerir uma quebra no rito democrático que, por vezes, passar por cima do Congresso Nacional. Contudo, no geral, o zelo excessivo para com a preservação da democracia e da parceria entre os Poderes Executivo e Legislativo demonstra que os militares bolsonaristas não preservam o anti-representativismo defendido pelos tenentistas.

Por outro lado, o reformismo é uma característica marcante dos ministros – que os aproxima da corrente centrista do tenentismo, à medida que identifica a necessidade de

mudanças políticas, econômicas e sociais, ao passo que carrega propostas de caráter moderado e que não comprometem a ordem vigente. A veia conservadora dos militares clama pela presença forte do Estado quando se trata de “resgatar valores morais” ou desenvolver políticas de direitos humanos “para humanos direitos”. Junto com a corrupção, o grande inimigo a ser combatido pelas reformas propostas pelos militares é a ideologia. Alheios ao real significado da palavra, eles partem da associação entre ideologia e esquerda para afirmar que as políticas do governo Bolsonaro não possuem um viés ideológico – como se apenas os setores de esquerda tivessem um conjunto de ideias, valores e interesses próprios a serem defendidos. Em suma, a fala dos ministros coloca a defesa de uma ideologia como prática exclusiva da esquerda, que prejudica o povo e põe em cheque o desenvolvimento do país.

De modo geral, é interessante observar que, para a equipe militar de Bolsonaro, o Brasil enfrenta hoje um momento crítico de crise generalizada – política, econômica, moral –, causada pela esquerda e por setores progressistas da sociedade. Para além disso, é crucial destacar que, dentro desta concepção, a corporação militar se apresenta como uma opção técnica, apolítica e sem ideologia – a única capaz de salvar o Brasil de uma política imoral e corrompida.

A partir da análise de entrevistas, discursos e posicionamentos públicos, é possível concluir que os ministros militares bolsonaristas apresentam direcionamentos ideológicos distantes daqueles que regiam os militares no período tenentista. Seria necessário um estudo muito mais detalhado para entender as variáveis que influenciaram o processo de mudança ideológica da corporação militar, porém é cabe ressaltar que ainda existe, entre os oficiais, a mesma postura que busca demonstrar unidade e coesão interna. Ao que tudo indica, pelo menos entre os militares que compõem o quadro ministerial do governo atual, existem premissas básicas que asseguram uma convergência ideológica em torno de questões políticas, econômicas e sociais.

Dada a expressividade de características semelhantes, a investigação da monografia leva ao entendimento de que as escolhas de Bolsonaro para os ministérios se pautaram em critérios específicos, referentes à formação ideológica e profissional dos militares. Neste sentido, faz-se necessário incluir nas considerações finais deste estudo a demissão do ministro Carlos Alberto dos Santos Cruz e a nomeação de Luiz Eduardo Ramos, escolhido para substituí-lo. Segundo um auxiliar direto do presidente, a decisão de Bolsonaro foi impulsionada pela “falta de

alinhamento político-ideológico” de Santos Cruz em relação a outros integrantes do governo<sup>62</sup>. As razões que motivaram a decisão do presidente não foram explicadas oficialmente, mas é preciso pontuar que Santos Cruz teve discordâncias com outros setores que compõem o governo. O episódio mais marcante envolveu o pensador Olavo de Carvalho e Carlos Bolsonaro<sup>63</sup>, filho do presidente, que se demonstraram insatisfeitos com a administração da Secretaria de Comunicação, sob responsabilidade do ministro.

A principal observação a ser considerada neste estudo, em relação à demissão do general Santos Cruz, se refere ao nome escolhido para substituí-lo. O novo ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, é um general do Exército, formado na AMAN em 1979, que comandou a Minustah entre os anos de 2011 e 2012. Amigo próximo de Bolsonaro desde os anos 1970, ele atualmente exercia o cargo de chefe do Comando Militar do Sudeste. A nomeação comprova o padrão encontrado pela análise desta monografia no que tange ao perfil de formação e carreira profissional dos ministros militares. No entanto, coloca um novo elemento em jogo: o general Ramos é o primeiro militar da ativa a compor a equipe de Bolsonaro. A presença de um general da ativa na equipe de articulação política do presidente definitivamente enfraquece o argumento de que as Forças Armadas não se misturariam ao governo. No entanto, resta ver qual será a postura do general à frente da Secretaria de Governo.

Outra alteração relevante no quadro ministerial de Bolsonaro momentos antes do término deste estudo foi a demissão do general Floriano Peixoto<sup>64</sup>. O militar foi retirado do cargo de ministro da Secretaria-geral da Presidência para assumir o comando dos Correios. Em seu lugar, Bolsonaro nomeou Jorge Francisco de Oliveira, policial militar da reserva e advogado, que estava trabalhando como subchefe de assuntos jurídicos da Casa Civil. Oliveira também é um amigo particular da família do presidente, uma vez que seu pai assessorou Bolsonaro por mais de 20 anos.

De modo geral, está claro que os militares estão novamente engajados na disputa pelas bases políticas. A presente monografia possibilitou uma melhor compreensão do governo Bolsonaro, a partir de um estudo sobre o perfil ideológico dos ministros militares. Contudo, a análise deixa em aberto muitas questões importantes, que podem ser aprofundadas. Dentre elas,

---

<sup>62</sup> Bolsonaro demite Santos Cruz da Secretaria de Governo; Luiz Eduardo Ramos será o substituto. O Globo, 13 de junho de 2019. Disponível em <<http://archive.is/Kyxtk>>, acesso em 19 de junho de 2019.

<sup>63</sup> Relembra os ataques a Santos Cruz e os embates com Carlos Bolsonaro e a ala ideológica do governo, O Globo, 13 de junho de 2019. Disponível em <<http://archive.is/AHB10>>, acesso em 20 de junho de 2019.

<sup>64</sup> PM da reserva amigo da família Bolsonaro assume Secretaria-Geral da Presidência, Folha de S. Paulo, 21 de junho de 2019. Disponível em <<http://archive.is/9Rnle>>, acesso em 21 de junho de 2019.



cabe destacar o papel da Minustah enquanto degrau de formação para uma futura carreira política dos militares que estiveram em seu comando. Para além da missão no Haiti, o processo de internacionalização das atividades exercidas pelas Forças Armadas Brasileiras parecem ter uma influência direta não só em termos de carreira, mas também de formação política e ideológica. Ademais, é preciso avaliar a importância que o período de redemocratização teve para os militares, no sentido de fornecer um afastamento necessário para que se garantisse a reestruturação política do Exército de maneira pacífica, possibilitando assim um nível de coesão e força institucional que sustentasse, anos depois, a eleição de um capitão à Presidência e o retorno dos militares ao comando do Poder Executivo no Brasil.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**37 ministérios.** Folha de S. Paulo, 23 de dezembro de 2010. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2312201001.htm>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

AMORIM NETO, Octavio. **De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 2011.

AMORIM NETO, Octavio. **Composição e dinâmica do governo Bolsonaro.** FGV Instituto Brasileiro de Economia - Boletim Macro, pp. 20-21, 26 de Março de 2019.

AMORIM NETO, Octavio. **O governo Bolsonaro e a questão militar.** FGV Instituto Brasileiro de Economia - Boletim Macro, pp. 21-23, 23 de Janeiro de 2019.

AZEVEDO E SILVA, Fernando. **Discurso de Posse.** TV BrasilGov, 02 de Janeiro de 2019 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bMmGd3HdHTY>>. Acesso em 15 de abril de 2019.

AZEVEDO E SILVA, Fernando. **Ministro da Defesa Fernando Azevedo e Silva e a defesa da Constituição.** [Entrevista concedida a] Roberto D'Ávila. Globo News, 08 de Fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://globosatplay.globo.com/globonews/v/7368206/>>. Acesso em 15 de abril de 2019.

**Azevedo e Silva: o militar que Bolsonaro não conseguiu ser.** VICE, 01 de fevereiro de 2019. Disponível em <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/qvybqm/azevedo-e-silva-na-defesa-o-militar-que-bolsonaro-nao-conseguiu-ser](https://www.vice.com/pt_br/article/qvybqm/azevedo-e-silva-na-defesa-o-militar-que-bolsonaro-nao-conseguiu-ser)>. Acesso em 07 de maio de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, s/d. Disponível em: <<https://bit.ly/1dFiRrW>>. Acesso em 27 de abril de 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2005.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Militares, Democracia e Desenvolvimento: Brasil e América do Sul.** Rio de Janeiro: FGV, 2010.

**Dilma anuncia corte de 8 ministérios e redução de salário dos ministros.** Folha de S. Paulo, 02 de outubro de 2015. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1689347-dilma-anuncia-corte-de-8-ministerios-e-reducao-de-salario-dos-ministros.shtml>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

**Dilma anuncia últimos dois nomes e fecha ministério; confira.** Folha de S. Paulo, 22 de dezembro de 2010. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/849649-dilma-anuncia-ultimos-dois-nomes-e-fecha-ministerio-confira.shtml>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

**Dilma escolhe seus 37 ministros.** Rede Brasil Atual, 22 de dezembro de 2010. Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2010/12/dilma-escolhe-seus-37-ministros>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

**Dilma finaliza reforma ministerial e anuncia Mauro Vieira para Itamaraty.** Folha de S. Paulo, 31 de dezembro de 2014. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1569149-dilma-finaliza-reforma-ministerial-e-anuncia-mauro-vieira-para-itamaraty.shtml>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

**Em reforma, Lula volta a politizar o ministério.** Folha de S. Paulo, 30 de março de 2007. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3003200707.htm>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

**Floriano Peixoto: disciplina militar para apagar o incêndio Bebianno.** VICE, 25 de fevereiro de 2019. Disponível em <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/xwb4b7/floriano-peixoto-disciplina-militar-para-apagar-o-incendio-bebianno](https://www.vice.com/pt_br/article/xwb4b7/floriano-peixoto-disciplina-militar-para-apagar-o-incendio-bebianno)>. Acesso em 07 de maio de 2019.

**Folha Online - Especial - 2002 - Governo Lula.** Folha de S. Paulo, janeiro de 2002. Disponível em <[https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/futuro\\_governo-ministerio.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/futuro_governo-ministerio.shtml)>. Acesso em 12 de maio de 2019.

**General Heleno: homem forte no Haiti vira o conselheiro preferido de Bolsonaro.** VICE, 26 de dezembro de 2018. Disponível em <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/d3b99m/general-heleno-homem-forte-no-haiti-vira-o-conselheiro-preferido-de-bolsonaro](https://www.vice.com/pt_br/article/d3b99m/general-heleno-homem-forte-no-haiti-vira-o-conselheiro-preferido-de-bolsonaro)>. Acesso em 07 de maio de 2019.

**General Santos Cruz: o militar responsável pela articulação política.** VICE, 06 de fevereiro de 2019. Disponível em <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/qvykg7/general-santos-cruz-o-militar-responsavel-pela-articulacao-politica](https://www.vice.com/pt_br/article/qvykg7/general-santos-cruz-o-militar-responsavel-pela-articulacao-politica)>. Acesso em 07 de maio de 2019.

GOMES DE FREITAS, Tarcísio. **Tarcísio Gomes**. [Entrevista concedida a] Roda Viva, 29 de Abril de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CHDTmdJtEPk>>. Acesso em 17 de abril de 2019.

GOMES DE FREITAS, Tarcísio. **Novo ciclo para a infraestrutura: 1º discurso de Tarcísio como ministro da Infraestrutura**. Ministério da Infraestrutura, 02 de Janeiro de 2019. Disponível em: <<http://infraestrutura.gov.br/discursos-e-artigos/8226-novo-ciclo-para-a-infraestrutura-1%C2%BA-discurso-de-tarc%C3%ADsio-como-ministro-da-infraestrutura.html>>. Acesso em 17 de abril de 2019.

HELENO, Augusto. **Andréia Sadi entrevista o ministro Augusto Heleno**. [Entrevista concedida a] Em Foco com Andréia Sadi, 08 de maio de 2019. Disponível em <<https://globosatplay.globo.com/globonews/v/7601559>>. Acesso em 30 de maio de 2019.

HELENO, Augusto. **General Augusto Heleno (íntegra)**. [Entrevista concedida a] O Antagonista, 21 de Fevereiro de 2018. Disponível em <<https://www.oantagonista.com/tv/entrevista-general-augusto-heleno-integra/>>. Acesso em 15 de abril de 2019.

HELENO, Augusto. **Central News entrevista general Augusto Heleno**. [Entrevista concedida a] Jornal das 22h, Globo News, 02 de Janeiro de 2019. Disponível em <<https://globosatplay.globo.com/globonews/v/7272711>>. Acesso em 15 de abril de 2019.

LATINOBARÓMETRO. **Informe Latinobarómetro 2018**. Disponível em <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso em 11 de julho de 2019.

**Lula acerta e erra demais**. Folha de S. Paulo, 30 de março de 2007. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/ult511u295.shtml>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

**Mapa dos militares: onde estão os representantes das Forças Armadas no governo Bolsonaro**. O Estado de S. Paulo, 02 de março de 2019. Disponível em <<https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,mapa-dos-militares-onde-estao-os-representantes-das-forcas-armadas-no-governo-bolsonaro,975096>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

**Marcos Pontes: o astronauta vendedor de travesseiros que virou ministro accidental**. VICE, 11 de dezembro de 2018. Disponível em <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/kzvxxa/marcos-](https://www.vice.com/pt_br/article/kzvxxa/marcos-)

pontes-o-astronauta-vendedor-de-travesseiros-que-virou-ministro-acidental>. Acesso em 07 de maio de 2019.

**Ministério de Temer deve ser o primeiro sem mulheres desde Geisel.** Folha de S. Paulo, 12 de maio de 2016. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770420-ministeriado-de-temer-deve-ser-o-primeiro-sem-mulheres-desde-geisel.shtml>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

**Ministros.** Presidência da República - Planalto, s/d. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/ministros>>. Acesso em 15 de março de 2019.

**Novos ministros de Dilma Rousseff: veja quem entra e quem sai.** G1, 02 de outubro de 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/novos-ministros-dilma-rousseff-veja-quem-entra-e-quem-sai.html>>. Acesso de 12 de maio de 2019.

**O crescimento dos ministérios de Collor a Dilma.** Folha de S. Paulo, s/d. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2014/08/110862-o-crescimento-dos-ministerios-de-collor-a-dilma.shtml>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

**O ministério do segundo mandato de Lula.** G1, 30 de março de 2007. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL16159-5601,00-O+MINISTERIO+DO+SEGUNDO+MANDATO+DE+LULA.html>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

PEIXOTO, Floriano. **Ministro Floriano Peixoto concede entrevista exclusiva ao Jornal da Manhã Joinville.** [Entrevista concedida a] Rádio Jovem Pan, 25 de março de 2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=LWOq-gWfAZc>>. Acesso em 23 de abril de 2019.

PION-BERLIN, David. **A New Civil-Military Pragmatism in Latin America.** Security and Defense Studies Review, 2004.

PONTES, Marcos. **"2019 não será um ano fácil": entrevista com o ministro Marcos Pontes.** [Entrevista concedida a] Revista Galileu, 03 de abril de 2019. Disponível em <<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2019/04/2019-nao-sera-um-ano-facil-entrevista-com-o-ministro-marcos-pontes.html>>. Acesso em 19 de maio de 2019.

PONTES, Marcos. **Reunião de comparecimento de ministro. Convidado: Marcos Cesar Pontes.** [Entrevista concedida a] Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Inovação.

Câmara dos Deputados, 08 de maio de 2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=1TNVMYdKUvE>>. Acesso em 19 de maio de 2019.

**Quem são os ministros de Temer.** Folha de S. Paulo, 28 de abril de 2016. Disponível em <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/2016/04/28/ministros-de-temer/>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

ROSÁRIO, Wagner de Campos. **Ministro da CGU fala sobre os planos do órgão para 2019.** [Entrevista concedida a] TV BrasilGov, 11 de fevereiro de 2019. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_5bYYuzR1b4](https://www.youtube.com/watch?v=_5bYYuzR1b4)>. Acesso em 23 de abril de 2019.

SANTOS CRUZ, Carlos Alberto dos. **Carlos Alberto dos Santos Cruz e seus desafios na Secretaria de Governo.** [Entrevista concedida a] Globo News Miriam Leitão, 09 de janeiro de 2019. Disponível em <<https://globosatplay.globo.com/globonews/v/7288773>>. Acesso em 22 de maio de 2019.

SANTOS CRUZ, Carlos Alberto dos. **Como recuperar o Brasil de 18 anos de corrupção lulopetista.** Jornal Cidade Online, 26 de novembro de 2018. Disponível em <<https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/12336/general-santos-cruz-como-recuperar-o-brasil-de-18-anos-de-corrupcao-lulopetista>>. Acesso em 23 de maio de 2019.

SANTOS CRUZ, Carlos Alberto dos. **Ministro Santos Cruz e os direcionamentos do governo Bolsonaro.** [Entrevista concedida a] Em Foco com Andréia Sadi, 29 de maio de 2019. Disponível em <<https://globosatplay.globo.com/globonews/v/7653809/>>. Acesso em 30 de maio de 2019.

SANTOS CRUZ, Carlos Alberto dos. **Poder360 Entrevista: futuro ministro da Secretaria de Governo, general Santos Cruz.** [Entrevista concedida a] Poder360, 17 de Dezembro de 2018. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=gvI\\_Ee1X0NI](https://www.youtube.com/watch?v=gvI_Ee1X0NI)>. Acesso em 17 de abril de 2019.

**Tarcísio Freitas: perfil técnico e pronto para privatizar estradas.** VICE, 20 de fevereiro de 2019. Disponível em <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/qvyzyv/tarcisio-freitas-perfil-tecnico-e-pronto-para-privatizar-estradas](https://www.vice.com/pt_br/article/qvyzyv/tarcisio-freitas-perfil-tecnico-e-pronto-para-privatizar-estradas)>. Acesso em 07 de maio de 2019.

**Temer dá a militares controle sobre áreas sensíveis do governo.** Folha de S. Paulo, 5 de março de 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/temer-da-a-militares-controle-sobre-areas-sensiveis-do-governo.shtml>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

**Temer define ministério e defenderá Lava-Jato e corte de gastos.** Folha de S. Paulo, 12 de maio de 2016. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770406-em-discurso-temer-destacara-corte-de-gastos-federais-e-apoio-a-lava-jato.shtml>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

**Temer empossa 11 novos ministros; veja como fica a esplanada.** Folha de S. Paulo, 11 de abril de 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/temer-empossa-onze-novos-ministro-veja-como-fica-a-esplanada.shtml>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

**Temer troca em média três ministros por mês.** Folha de S. Paulo, 23 de abril de 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/temer-troca-em-media-tres-ministros-por-mes.shtml>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

**Veja como ficaram os ministérios do governo FHC após minirreforma.** Folha de S. Paulo, 05 de abril de 2002. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u31010.shtml>>. Acesso em 12 de maio de 2019.